



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**O ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: mapeando estudos e  
identificando as principais temáticas, desafios e perspectivas**

NEIRE MARIA MENDONÇA

CATALÃO  
2025



NEIRE MARIA MENDONÇA

**O ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: mapeando estudos e identificando as principais temáticas, desafios e perspectivas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Ivy Enber Christian University, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Espíndula dos Santos Freire.

**Linha de Pesquisa:** Inclusão Educacional na Educação Básica

CATALÃO

2025



## CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

### SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

M539e Mendonça, Neire Maria.  
O ensino remoto e a educação especial: mapeando estudos e identificando as principais temáticas, desafios e perspectivas. [recurso eletrônico] / Neire Maria Mendonça. – Dados eletrônicos. – Catalão-GO: 2025.

77 f.: il.

Orientação: Miriam Espíndula dos Santos Freire.  
Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação. 2. Ensino remoto. 3. Educação especial.  
I. Freire, Miriam Espíndula dos Santos. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

NEIRE MARIA MENDONÇA

**O ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: mapeando estudos e  
identificando as principais temáticas, desafios e perspectivas**

---

Miriam Espíndula dos Santos Freire  
(Orientadora /ENBER)

---

Dafiana do Socorro Soares Vicente Carlos  
(Membro-interno/PPGCE/ENBER)

---

Iranete de Araújo Meira  
(Membro Externo)

Versão final do trabalho que foi aprovado no dia 27/02/2025.

CATALÃO

2025



Dedico à minha família pelo apoio durante este período de intensa dedicação ao mestrado, em que eu precisei me dedicar com afinco. Agradeço aos meus amigos que também me apoiaram, fazendo com que essa jornada se tornasse mais tranquila.

Agradeço especialmente às professoras orientadoras, que com muita ética e responsabilidade me orientaram, tirando todas as minhas dúvidas. Vocês me ensinaram muito!

Dedico este trabalho a vocês!



## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me auxiliado no processo de construção desta dissertação e por permitir a realização desse sonho.

À minha família, expresso minha gratidão pelo amor incondicional. Em especial, ao meu esposo, que foi o esteio e a alegria nos momentos vividos ao longo da escrita desta dissertação.

Agradeço também à minha orientadora, Miriam Espíndula dos Santos Freire, profissional que admiro muito. Agradeço por sua atenção, sabedoria, amizade, apoio e encorajamento na realização desta pesquisa. Foi um prazer tê-la como orientadora!

Agradeço também aos professores que aceitaram participar da minha banca de qualificação de mestrado, pelas contribuições no desenvolvimento do meu trabalho.



A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém  
ainda pensou, sobre aquilo que todo mundo vê.

*Arthur Schopenhauer.*



## RESUMO

A pandemia da COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, surgiu no final de 2019 e resultou em uma crise global de saúde pública. Esse novo cenário forçou as escolas a reinventarem suas formas de ensino, levando à implementação do ensino remoto emergencial. O objetivo geral deste estudo foi: mapear os estudos desenvolvidos no período pandêmico sobre o Público-Alvo da Educação Especial, no ensino fundamental (Anos Iniciais) entre os anos de 2020-2024, utilizando a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As palavras-chave deste estudo foram: Inclusão, período pandêmico e COVID-19. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, analisando diversos textos e artigos que descreveram o ensino remoto para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico. Este período, iniciado no final de 2019 e durando cerca de dois anos, foi caracterizado pela ausência de vacinas, onde a única forma de evitar a doença era o distanciamento social. Durante este período, o ensino remoto foi essencial para crianças com deficiência, que possuem saúde frágil e baixa imunidade, especialmente em uma pandemia tão séria e letal como a da COVID-19. A revisão dos textos seguiu a metodologia proposta por Gil (1999), composta por quatro etapas: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Na primeira etapa, procuramos realizar a ação mediante o contato com os estudos já realizados em sua totalidade. Em seguida, selecionei partes relevantes para o trabalho (leitura seletiva) e organizei uma tabela com a síntese de cada dissertação para posterior análise (leitura analítica). Também organizei uma tabela com trabalhos de teses e dissertações da Capes que se assemelham à minha pesquisa, realizando um resumo dessas semelhanças para a análise final. Portanto, Os estudos analisados demonstraram que, apesar dos desafios significativos, como a falta de infraestrutura tecnológica e a necessidade de capacitação docente, houve um esforço coletivo entre escolas e famílias para garantir a inclusão dos alunos da educação especial no ensino remoto emergencial, evidenciando a convergência na adaptação e uso de tecnologias assistivas, mas divergindo quanto ao nível de suporte e acesso oferecido a esses estudantes em diferentes contextos.

**Palavras-chave:** Educação especial. Ensino remoto. Inclusão. Período pandêmico



## **ABSTRACT**

The COVID-19 pandemic, caused by the SARS-CoV-2 coronavirus, emerged in late 2019 and resulted in a global public health crisis. This new scenario forced schools to reinvent their teaching methods, leading to the implementation of emergency remote teaching. The general objective of this study was to map the studies developed during the pandemic period on the Target Audience of Special Education, in elementary education (Initial Years) between the years 2020-2024, using the platform of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The keywords of this study were: Inclusion, pandemic period and COVID-19. The research adopted a qualitative and bibliographical approach, analyzing several texts and articles that described remote teaching for the target audience of special education during the pandemic period. This period, which began in late 2019 and lasted about two years, was characterized by the absence of vaccines, where the only way to avoid the disease was social distancing. During this period, remote learning was essential for children with disabilities, who have fragile health and low immunity, especially during a pandemic as serious and lethal as COVID-19. The review of the texts followed the methodology proposed by Gil (1999), consisting of four stages: exploratory, selective, analytical and interpretative reading. In the first stage, we sought to carry out the action by contacting the studies already carried out in their entirety. Then, I selected relevant parts for the work (selective reading) and organized a table with the summary of each dissertation for later analysis (analytical reading). I also organized a table with Capes theses and dissertations that resemble my research, summarizing these similarities for the final analysis. The studies analyzed demonstrated that, despite significant challenges, such as the lack of technological infrastructure and the need for teacher training, there was a collective effort between schools and families to ensure the inclusion of special education students in emergency remote teaching, highlighting the convergence in adaptation and use of assistive technologies, but diverging in terms of the level of support and access offered to these students in different contexts.

**Keywords:** Special education. Remote teaching. Inclusion; Pandemic period.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>16</b>
<b>3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL: definição sócio-histórica</b>	<b>35</b>
<b>3.1 O público-alvo da educação especial</b>	<b>43</b>
<b>4. IDENTIFICANDO OS ESTUDOS E VERIFICANDO OS PRINCIPAIS DESAFIOS</b>	<b>47</b>
<b>5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DURANTE A PANDEMIA: análises de estudos dissertativos no recorte temporal 2020-2024</b>	<b>53</b>
<b>5.1 Educação ainda mais desigual</b>	<b>58</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>70</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Escrever uma dissertação de mestrado é uma tarefa árdua, que exige tempo e disposição para aprofundar-se no tema de estudo. Porém, isso é facilitado quando o tema escolhido desperta o interesse e a paixão do estudante. Este é o meu caso. A elaboração deste trabalho exigiu dedicação, mas, sobretudo, proporcionou-me prazer ao aprender mais sobre a prática pedagógica voltada para estudantes com deficiência.

A educação especial é um campo da educação voltado ao atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, visando à inclusão e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes. Esse segmento procura garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa de crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As práticas e metodologias utilizadas são planejadas de maneira a respeitar as particularidades de cada aluno, promovendo um ambiente inclusivo e equitativo que permite o desenvolvimento pleno de habilidades e competências. Por isso, para compreender o meu trabalho é preciso compreender quem eu sou, pois o meu caminho se cruza com a área da Educação e, mais especificamente, com a Educação Especial.

Grande parte de minha vida foi dedicada ao campo educacional, com ênfase na Educação Básica. Atualmente, ocupo o cargo de professora efetiva na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás (Brasil).

Graduei-me em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) no ano de 1999. Durante o período da graduação, tive a oportunidade de brevemente entrar em contato com discussões acerca da Educação Especial e com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Atuei como professora de apoio e professora de Educação Religiosa do sexto ao oitavo ano do Ensino Fundamental. Ao longo do meu percurso profissional, busquei aprimorar minha formação através das seguintes especializações: em Língua Portuguesa na Faculdade de Educação São Luís, em 2001; em Orientação Educacional na Universidade Salgado de Oliveira, em 2002 e; em Educação Especial e Processos Inclusivos pela UFG - Campus de Catalão, em 2009.



Meu interesse pela temática da presente dissertação surge das práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes com deficiência. Esse interesse ganhou força a partir da minha experiência como professora de apoio, desde que assumi o concurso, entrei como professora efetiva no Estado de Goiás. Porém, foi no papel de professora na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), realizando Atendimento Educacional Especializado (AEE), que percebi de forma mais acentuada a agonia e o incômodo. Pude observar como os estudantes com distintas deficiências realizam seus trabalhos escolares e desempenham suas atividades, seguindo um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é elaborado de modo adequado para cada estudante, respeitando o tipo de deficiência diagnosticada.

A partir das dúvidas que surgiram sobre como essas habilidades e competências eram ressaltadas e valorizadas, comecei a compor meu estudo, que se intensificou mais com a pandemia da COVID-19. A assistência a esses estudantes se tornou ainda mais desafiadora devido ao isolamento social, o que trouxe restrições ao acompanhamento e à realização das atividades escolares. Para compreender como o trabalho docente com estudantes com deficiência se desenvolveu no Brasil durante a pandemia da COVID-19, propus uma pesquisa qualitativa, mediante a análise bibliográfica descritiva.

O **problema de pesquisa** que orientou este trabalho se trata: Quais foram os estudos desenvolvidos no período pandêmico sobre o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), no Ensino Fundamental (Anos iniciais) entre os anos de 2020- 2024? Para tanto, realizamos uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as seguintes palavras-chave usadas no momento da revisão da literatura: inclusão, período pandêmico e COVID-19.

Para o desenvolvimento da pesquisa, orientamo-nos pelo seguinte **objetivo geral**: mapear os estudos desenvolvidos no período pandêmico sobre o Público-Alvo da Educação Especial, no Ensino Fundamental (anos iniciais) entre os anos de 2020-2024, utilizando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Além disto, temos os seguintes **objetivos específicos**: 1) Identificar quantos estudos abordam sobre o ensino remoto vinculado ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no período pandêmico, no ensino fundamental (anos iniciais); 2) Verificar quais os principais resultados dos



estudos dissertativos escolhidos; 3) Analisar e refletir sobre as principais temáticas, desafios e perspectivas apontados nos estudos. Talvez se focasse nas atividades que colaboraram com a acessibilidade dos estudantes as salas de aulas virtuais não seria o mais importante.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como a educação especial foi impactada durante o período pandêmico, especialmente no que se refere ao ensino remoto para o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A transição abrupta para as aulas virtuais trouxe desafios significativos para esses estudantes, que frequentemente dependem de adaptações, tecnologias assistivas e suporte pedagógico especializado para garantir sua aprendizagem. Dessa forma, mapear os estudos desenvolvidos entre 2020 e 2024 permite não apenas identificar as principais dificuldades enfrentadas, mas também refletir sobre práticas, estratégias e políticas educacionais que contribuíram para a acessibilidade e a inclusão desses alunos. Além disso, ao analisar os resultados das pesquisas disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), este estudo busca fornecer subsídios para futuras iniciativas que visem aprimorar a educação inclusiva em contextos de crise, promovendo equidade e qualidade no ensino para todos.

Nos últimos anos, a educação especial tem sido um campo de constante evolução, refletindo mudanças significativas nas abordagens pedagógicas e nas políticas educacionais. A pandemia de COVID-19 impôs um desafio sem precedentes ao sistema educacional global, forçando uma transição abrupta para o ensino remoto. Essa nova modalidade de ensino trouxe à tona diversas questões e dificuldades, especialmente para estudantes da educação especial, que frequentemente dependem de apoio individualizado e intervenções específicas.

A pandemia da COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, emergiu no final de 2019 na cidade de Wuhan, na China, e rapidamente se disseminou pelo mundo, resultando em uma crise global de saúde pública. Essa pandemia trouxe consigo desafios significativos, impactando não apenas a saúde da população, mas também causando consequências sociais, econômicas e educacionais em escala global.



As medidas de contenção adotadas para reduzir a propagação do vírus, como o distanciamento social e o fechamento de instituições, incluindo escolas, tiveram um impacto substancial nos sistemas de educação, levando a adaptações como o ensino remoto emergencial para garantir a continuidade das atividades educacionais em meio a esse cenário desafiador (SENADO FEDERAL, 2022; OPAS, 2020).

A pandemia da COVID-19 resultou em uma crise global de saúde pública. Esse novo cenário enfrentado pela sociedade fez com que as escolas se reinventassem na forma de levar o ensino para os educandos, o que envolveu um movimento de transição do modelo presencial de aula para o Ensino Remoto Emergencial. Essa nova metodologia, adotada pela maioria das escolas, incluiu o ensino remoto emergencial, o que também afetou o público-alvo da educação especial.

O Ensino Remoto Emergencial é entendido aqui como “a atividade letiva mediada por recursos tecnológicos que pode abranger momentos de aulas síncronas, em tempo real, e assíncronas, a ser realizado em momento oportuno pelo discente” (Pimentel; Miranda, 2021, p. 03). Antes da pandemia, o ensino para o grupo de crianças público-alvo da Educação Especial era realizado de maneira presencial. No entanto, com a necessidade de seguir a nova modalidade remota de ensino, as crianças com deficiência, que possuem maiores fragilidades na saúde e limitações físicas motoras, precisaram de uma pessoa para mediar o ensino ofertado a elas.

As instituições escolares, assim como diversos setores da sociedade, viram-se obrigadas a fechar suas portas. Entre os frequentadores regulares das escolas, encontrava-se o PAEE, um grupo que já havia superado desafios históricos para garantir sua inclusão junto aos demais estudantes em sala de aula. Para esse público com necessidades específicas, a transição para o ensino remoto emergencial representou um desafio ainda maior.

Enquanto os professores das outras áreas educativas tiveram que se reinventar em um curto período para adaptar suas práticas, podemos supor que essas crianças, que têm um currículo individualizado e que requerem flexibilização de conteúdos, precisaram mais do que nunca de auxílio direto de profissionais capacitados, que entendessem as suas habilidades e suas



limitações.

Este estudo busca, portanto, oferecer uma visão abrangente sobre como as práticas pedagógicas foram ajustadas durante o ensino remoto para estudantes Público-Alvo da Educação Especial, os desafios encontrados nesse processo e as perspectivas apontadas nos estudos. A análise desses aspectos pode contribuir para uma melhor compreensão dos impactos do ensino remoto na educação especial e fornecer *insights* valiosos para futuras políticas e práticas educacionais em situações semelhantes.

A nossa investigação está estruturada da seguinte maneira: um capítulo introdutório; um capítulo teórico-metodológico; um segundo capítulo no qual identificaremos quantos estudos abordam sobre o ensino remoto vinculado ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no período pandêmico, no ensino fundamental (anos iniciais); verificaremos quais os principais resultados dos estudos dissertativos escolhidos, no capítulo terceiro capítulo; no quarto capítulo realizaremos as análises e reflexões sobre as principais temáticas, desafios e perspectivas apontados nos estudos e; por fim apresentaremos nossas considerações.



## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, foi conduzida seguindo um procedimento metodológico embasado nas diretrizes de análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais é uma abordagem investigativa que visa compreender as experiências, práticas e significados construídos pelos sujeitos em seu contexto sociocultural.

De acordo com Chizzotti (2014), essa metodologia se preocupa com o estudo detalhado dos fenômenos sociais, privilegiando o contato direto com o ambiente dos participantes e suas narrativas, e utiliza métodos como entrevistas, observações e análise documental para explorar profundamente os processos e significados subjetivos.

Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que a pesquisa qualitativa busca interpretar a realidade social através das percepções dos indivíduos, tratando os dados de forma descritiva e interpretativa, o que possibilita ao pesquisador captar a complexidade das interações e relações sociais e construir análises que considerem as nuances e as particularidades do contexto investigado.

A pesquisa qualitativa se apresenta como a abordagem mais adequada para este estudo, pois permite a compreensão aprofundada das experiências, desafios e estratégias relacionadas à educação do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no período pandêmico.

Segundo Chizzotti (2014), a pesquisa qualitativa busca interpretar fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando seus discursos, vivências e contextos. Da mesma forma, Minayo (2001) enfatiza que essa abordagem é fundamental para investigar realidades complexas, nas quais os aspectos subjetivos e simbólicos desempenham um papel central.

Assim, ao adotar a pesquisa qualitativa, este estudo pretende analisar os trabalhos acadêmicos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), identificando as principais temáticas, desafios e contribuições dos estudos sobre a inclusão educacional do PAEE no Ensino Fundamental durante o período de 2020 a 2024.

O objetivo foi investigar como ocorreu o ensino remoto emergencial



durante a pandemia de Covid-19, com foco no Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino fundamental (anos iniciais) entre os anos de 2020 e 2024. Para tanto, a coleta de dados ocorreu por meio de uma busca sistemática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde foram selecionados trabalhos que apresentavam relevância para o tema proposto.

O processo de seleção dos estudos seguiu as seguintes fases: Levantamento Bibliográfico; Delimitação e Critérios de Seleção; e Análise das Obras Selecionadas. No levantamento bibliográfico, a primeira etapa consistiu na busca sistemática de dissertações e teses na BDTD. Essa busca teve como objetivo identificar estudos relevantes que abordassem o impacto do ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid-19, com foco no PAEE. Para garantir uma revisão abrangente e coerente com o tema proposto, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Definição dos Descritores: descritores que representavam os principais elementos do tema de pesquisa. Os descritores escolhidos foram: “inclusão”, “período pandêmico” e “COVID-19”. A escolha desses termos se fundamentou na necessidade de capturar estudos que abordassem tanto a inclusão de crianças com deficiência no ensino remoto quanto o contexto específico do período pandêmico.

- Configuração da Busca: para abranger o período de 2020 a 2024, garantindo que apenas trabalhos recentes fossem incluídos na análise, dado que este recorte temporal abrange o início e a evolução do ensino remoto emergencial devido à pandemia. Foram aplicados filtros para limitar os resultados a dissertações e teses, de modo a focar em pesquisas acadêmicas que apresentassem uma profundidade analítica e metodológica adequada.

- Execução da Busca: na plataforma BDTD, que integra produções acadêmicas de diversas instituições de ensino superior no Brasil. Ao utilizar os descritores definidos, o sistema retornou um conjunto inicial de estudos. Cada resultado foi avaliado quanto ao título, resumo e palavras-chave, para verificar sua relevância para o tema em análise.

- Triagem Inicial dos Estudos: trabalhos que não tratavam diretamente do impacto da pandemia no ensino remoto para crianças com deficiência, ou que focavam em aspectos gerais da inclusão sem o contexto específico do



ensino remoto durante o período pandêmico, foram descartados. Essa triagem inicial permitiu refinar o conjunto de estudos, excluindo aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos, como relevância temática e presença dos descritores específicos.

- **Leitura Exploratória:** para os estudos que passaram pela triagem inicial, foi realizada uma leitura exploratória dos resumos, introduções e conclusões. Essa leitura permitiu uma compreensão preliminar do enfoque de cada estudo, possibilitando identificar quais trabalhos possuíam uma abordagem mais alinhada ao objetivo da pesquisa, ou seja, o ensino remoto emergencial para crianças com deficiência durante a pandemia.

- **Refinamento e Seleção Final:** Com base na leitura exploratória, foram selecionados os estudos que apresentavam maior relevância e aderência aos critérios da pesquisa. Estudos que abordavam, de forma detalhada, o impacto do ensino remoto sobre o PAEE no contexto do ensino fundamental foi priorizado. Esse processo resultou na seleção de um conjunto final de dissertações que serviram de base para a revisão da literatura.

Essa etapa de levantamento bibliográfico foi fundamental para construir uma revisão detalhada e coerente da literatura, permitindo um entendimento amplo e embasado sobre o ensino remoto emergencial e sua influência na inclusão de crianças com deficiência durante a pandemia de Covid-19.2.

Após o levantamento inicial dos estudos na BDTD, a etapa de delimitação e critérios de seleção foi realizada com o objetivo de refinar o conjunto de trabalhos a serem incluídos na revisão da literatura, assegurando a relevância e pertinência dos estudos em relação ao tema da pesquisa: o ensino remoto emergencial para o PAEE durante a pandemia de Covid-19. Para isso, foram definidos critérios rigorosos de inclusão e exclusão que orientaram o processo de seleção dos estudos. A seguir, detalha-se o procedimento adotado:

Estabelecimento dos Critérios de Inclusão:

- **Relevância para o tema** - os trabalhos selecionados deveriam abordar diretamente o ensino remoto emergencial no contexto da pandemia, com foco específico na inclusão de crianças com deficiência no ensino fundamental. Estudos que tratavam de aspectos gerais da educação



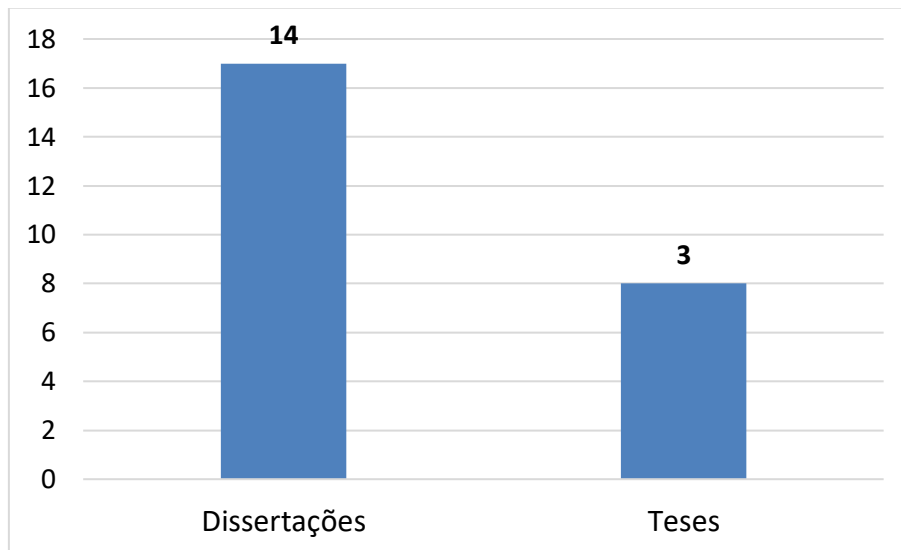
especial sem relação com o ensino remoto emergencial foram considerados não relevantes;

- Recorte temporal - Apenas estudos publicados entre 2020 e 2024 foram incluídos, de modo a garantir que os trabalhos analisassem o período da pandemia e refletissem as mudanças e adaptações no ensino que ocorreram nesse contexto;
- Palavras-Chave Específicas - Foram priorizados estudos que contivessem palavras-chave diretamente relacionadas ao tema da pesquisa, como “ensino remoto”, “educação especial”, “inclusão”, “período pandêmico” e “COVID-19”. A presença dessas palavras-chave indicava uma maior probabilidade de que os estudos abordassem o impacto específico da pandemia no ensino remoto para o PAEE.
- Os Critérios de Exclusão foram: Foco exclusivo na inclusão sem ensino remoto Estudos que abordavam exclusivamente a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, sem tratar do ensino remoto emergencial, foram excluídos. Esse critério visou assegurar que os trabalhos selecionados refletissem especificamente as condições do ensino remoto durante a pandemia;
- Falta de Alinhamento Temático - Trabalhos que não apresentavam uma relação direta com o tema principal, ou que abordavam o ensino remoto de maneira superficial, foram descartados. A inclusão desses estudos poderia diluir a especificidade da análise e comprometer a coesão dos resultados.

O levantamento inicial no Banco de dados de teses e dissertações da Capes, foi identificado o seguinte quantitativo de pesquisas, tendo em vista os descritores de análises elencadas, o ano da pesquisa, a grande área de conhecimento, a área conhecimento específico, a área de avaliação e área de concentração, tendo o seguintes resultados:



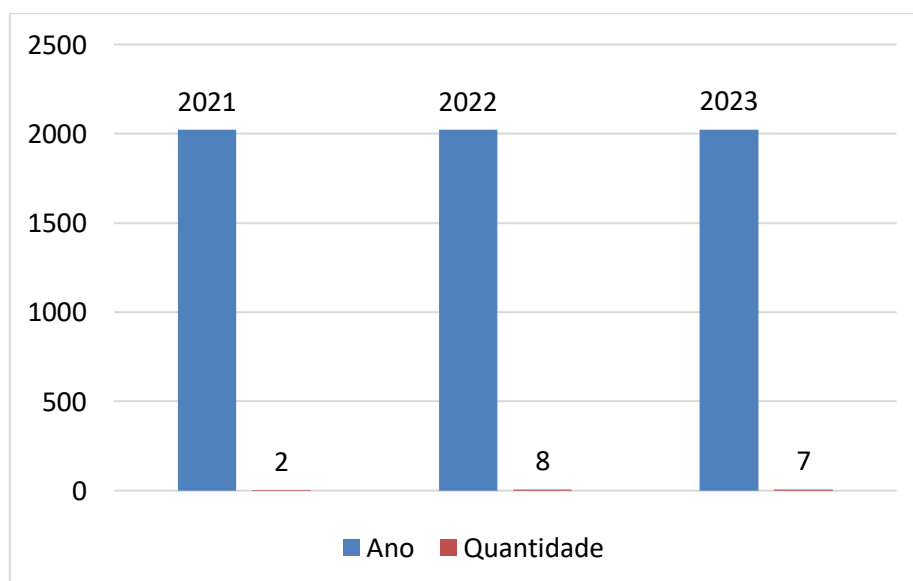
**Gráfico 1.** Dados considerando as seguintes categorias: ensino remoto na Educação Especial.



Fonte : <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

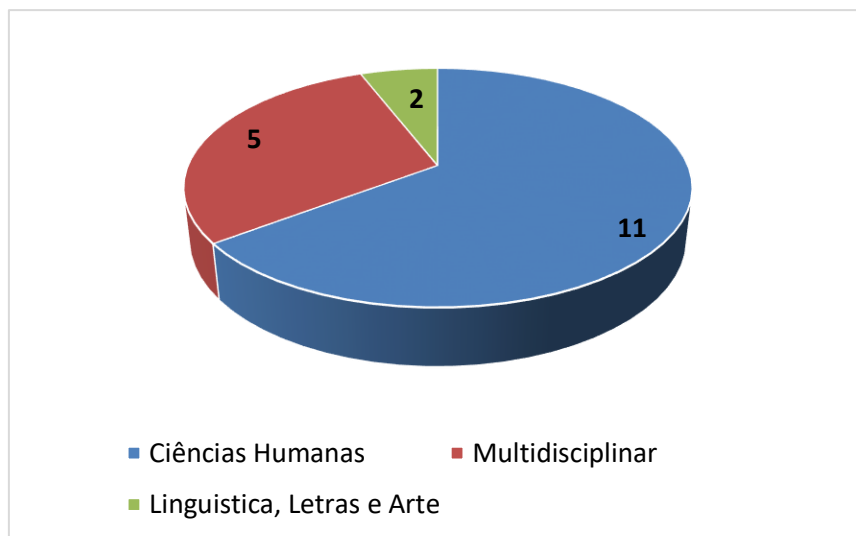
Considerando o ano de defesa das pesquisas, percebemos uma não linearidade, o que se observou a necessidade de revermos o recorte temporal da presente pesquisa. As pesquisas estão distribuídas da seguinte forma:

**Gráfico 2.** Quantidade de pesquisas finalizadas por ano



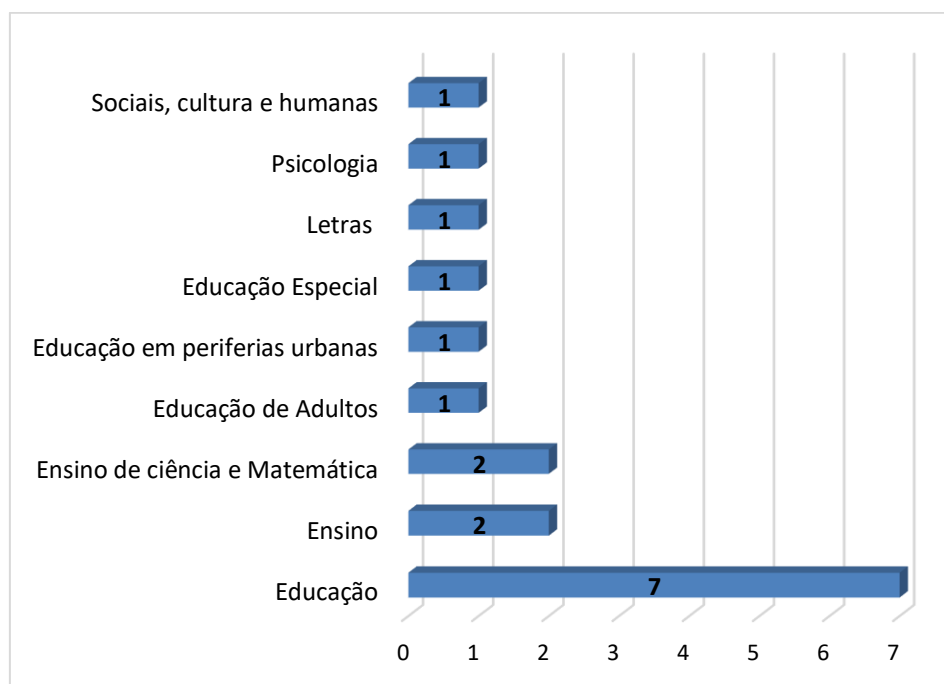
Fonte : <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

**Gráfico 3.** Quantidade de pesquisas por Grande área de conhecimento



Fonte: : <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

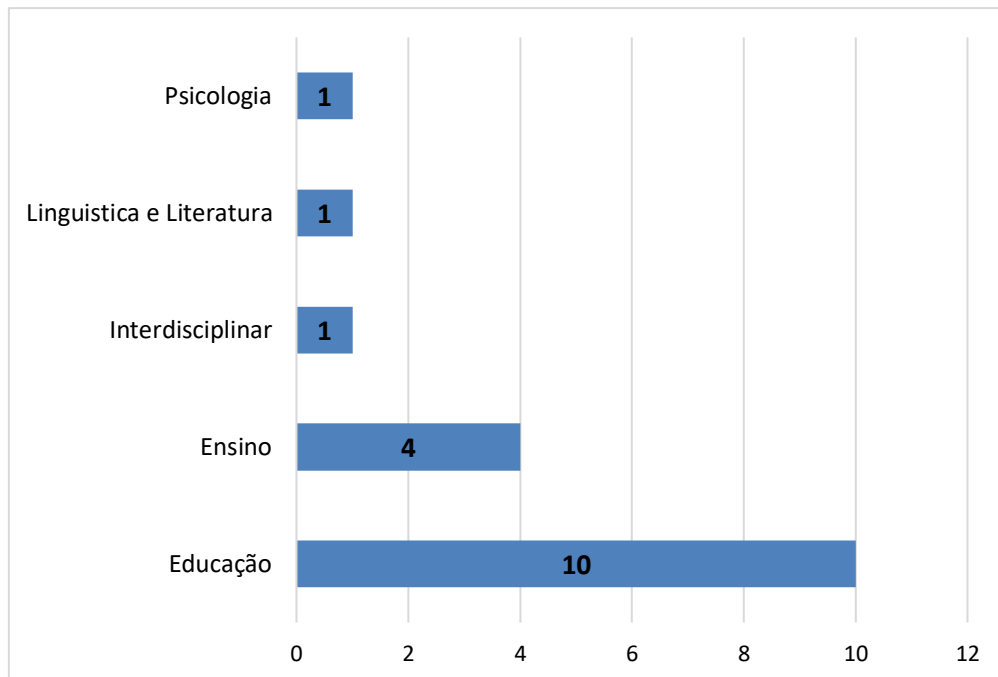
**Gráfico 4.** Por Área de conhecimentos específicos



Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>



**Gráfico 5.** Quantidade de pesquisas por Área de avaliação



Fonte : <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Após o levantamento quantitativo das pesquisas, considerando os descritores ‘ensino remoto’, ‘educação especial’, ‘período pandêmico’ e ‘COVID-19’, foi realizada leitura minuciosa, considerando ‘área de conhecimento’, o ‘objetivo de pesquisa’, a ‘metodologia’. Foram catalogadas 14 dissertações e 03 teses, as quais apresentaram ter maior proximidade com o objeto de estudo da presente pesquisa. Das 17 pesquisas, foram selecionadas 10, considerando os seguintes critérios: pesquisa resultante de curso de mestrado e as áreas de conhecimento ‘Educação’ (7 dissertações), ‘Ensino’ (02 dissertações), ‘Educação Especial’ (01 dissertação), conforme detalhado no Quadro 1.

Após a seleção das obras que atenderam aos critérios de inclusão, a próxima etapa do processo metodológico consistiu na análise detalhada dos trabalhos selecionados. Essa análise teve como objetivo organizar e sintetizar as informações dos estudos, de modo a compor um panorama claro e detalhado sobre o ensino remoto emergencial para o PAEE durante a pandemia de COVID-19. Para isso, foi criada uma tabela de análise que facilitou a sistematização e a comparação dos dados relevantes. A seguir, descreve-se



detalhadamente o procedimento adotado nesta etapa:

O quadro foi estruturado com colunas específicas para cada critério de análise relevante, incluindo: Autoria - Título – Local (universidade) - Ano da pesquisa – Área de conhecimento – Objetivo de pesquisa – Metodologia. Nomes dos autores dos trabalhos, para facilitar a referência e a análise da perspectiva de cada estudo; Ano da pesquisa, garantindo a conformidade com o recorte temporal entre 2020 e 2024; Objetivo do Estudo - Descrição breve do objetivo principal de cada obra, permitindo uma visão clara das intenções e focos de cada pesquisa; Área de conhecimento e metodologia de pesquisa, destacando os achados mais relevantes relacionados ao impacto do ensino remoto no PAEE. Os resultados foram considerados no momento de análise dos dados.

**Quadro 1** - Dissertações selecionadas considerando os seguintes descritores Ensino Remoto e Educação Especial

<b>Nº</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>LOCAL/ANO</b> <b>ÁREA DE CONHECIMENTO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>METODOLOGIA</b>
D1	Marília Carollyne Soares de Amorim	Ensino remoto para alunos da educação especial no contexto de pandemia	Universidade Federal do Piauí 2022 Mestrado em Educação	Analisar a organização escolar para prover participação e aprendizagem no ensino remoto emergencial ao público-alvo da Educação Especial na rede municipal de Teresina-PI.	O estudo adotou a abordagem qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso. O instrumento para coleta dos dados foi entrevista semiestruturada aplicada a profissionais da educação, gestores, professoras, profissional de apoio à inclusão, e também às famílias de alunos do público-alvo



					da educação especial.
D2	Suênia Roberta Ferreira de Carvalho Cunha	Processos avaliativos em uma classe do ensino fundamental e no atendimento educacional especializado durante a pandemia.	Universidade Federal da Paraíba 2021 Mestrado em Educação	O objetivo geral foi analisar as concepções e a atuação dos professores do Atendimento Educacional Especializado e do ensino comum quanto ao processo avaliativo do aluno público-alvo da Educação Especial no modelo de ensino remoto.	A pesquisa consistiu em um Estudo de Caso, com uma abordagem qualitativa, realizada com duas professoras, uma do ensino comum e a outra do atendimento educacional especializado, de uma escola pública municipal de uma cidade de grande porte do Estado da Paraíba
D3	Samara Cristina Ferreira da Costa	A rotina de estudos de dois alunos com deficiência intelectual no contexto do ensino remoto emergencial	Universidade Federal de São Carlos 2023 Mestrado Em Educação Especial	Analisar o processo de escolarização da criança com DI em tempos de Ensino Remoto Emergencial	Desenvolvem os uma pesquisa de cunho qualitativo, com metodologia alicerçada na história oral temática, construída a partir de entrevistas semiestrutura das que revelaram as narrativas de 10 sujeitos (5 professoras e 5 mães de estudantes com DI) que vivenciaram as (im)possibilidades do novo formato educacional



					no ensino público na cidade do Natal -RN .
D4	Raquel Silva Teixeira de Miguel	Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia: um estudo de caso do ensino remoto emergencial em Duque de Caxias (RJ)	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro 2022 Mestrado em Educação	Revelar as percepções dos profissionais acerca das possibilidades de atuação pedagógica com os estudantes da educação especial em uma perspectiva inclusiva, no contexto do ensino remoto emergência	Constitui-se como pesquisa qualitativa e utiliza técnica de estudo de caso
D5	Roberta Pereira Vieira de Souza	O ensino remoto com alunos com transtorno do espectro autista em tempo de pandemia da Covid-19	Universidade Federal do Paraná 2022 Mestrado em Educação	Analisar as condições para o desenvolvimento do ensino remoto no contexto da pandemia da Covid-19 com alunos com transtorno do espectro autista (TEA) matriculados em uma classe especial de uma escola pública da rede municipal de Duque de Caxias (RJ)	Ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, conforme os estudos de L. S. Vigotski
D6	Karlla Patricia Zloccowick Borner de Oliveira	O processo de escolarização de estudantes com deficiência durante a pandemia de covid-19: narrativas de atores escolares	Universidade São Francisco 2023 Mestrado em Educação	Compreender os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o processo de escolarização de alunos com deficiência.	A pesquisa é qualitativa e assume os pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural.



D7	Maria Luiza de Souza	Itinerário pedagógico no núcleo de atendimento educacional especializado – NAEE aos educandos com déficit intelectual e seus familiares: desafios no contexto do ensino remoto no centro de educação especial da Bahia – CEEBA	Universidade Tiradentes 2022 Mestrado em Educação	Objetivo geral identificar, nas narrativas de professora, alunos e familiares, as dificuldades durante o ensino remoto/pandemia	A abordagem é qualitativa, de natureza básica, a partir dos depoimentos dos atores sociais envolvidos. A opção metodológica da pesquisa é o estudo de caso
D8	Lara Lyss De Almeida Barreto	Formação em tecnologia digital e assistiva para professores de educação especial durante a pandemia	Universidade Federal de Sergipe 2022 Mestrado em Educação	Analisar uma experiência de formação de professores das salas de Atendimento Educacional Especializado no que se refere ao uso de tecnologias digitais e assistivas para as aulas remotas durante a pandemia de Covid-19.	
D9	Cristiane Silva Conceição	Estratégias educacionais para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico em Salvador BA	Universidade Federal da Bahia 2023 Mestrado Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica	Refletir sobre as estratégias educacionais para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico na cidade de Salvador, nos anos de 2020, 2021 e 2022.	A pesquisa utilizou abordagem descritiva qualitativa através da metodologia do paradigma indiciário. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma gestora, uma professora do Atendimento Educacional



					Especializado (AEE), uma professora da classe comum, uma mãe de um estudante público-alvo da educação especial e seu filho, estudante de uma escola municipal de Salvador de uma escola da rede municipal de Salvador
D10	Suelen Priscila Alves	Políticas de educação especial em tempos de pandemia da Covid-19	Universidade Federal De São Carlos 2022 Mestrado Em Educação Especial	Analisar as políticas de Educação Especial no Brasil diante das mudanças justificadas pela pandemia da COVID-19 (2020).	Essa pesquisa amparada no Materialismo Histórico-Dialético tem como procedimento metodológico a análise documental

**Fonte:** dados catalogados pela pesquisadora do Banco de dados de teses e dissertações da Capes. Link de acesso: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Na aplicação dos critérios de seleção cada trabalho identificado na etapa de levantamento bibliográfico foi revisado individualmente, começando pela leitura dos resumos para verificar a aderência aos critérios estabelecidos. Em seguida, quando necessário, foram lidas partes do texto completo para confirmar se o estudo atendia aos requisitos de inclusão.

Durante essa revisão, foi observado que cerca de 20 estudos foram eliminados por não atenderem aos critérios de inclusão. A maioria desses trabalhos focava na inclusão educacional sem abordar especificamente o impacto do ensino remoto emergencial, ou tratavam de contextos anteriores à pandemia, não atendendo ao recorte temporal definido.

Ao final da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram quatro estudos que se alinharam perfeitamente ao objetivo da pesquisa. Esses trabalhos foram considerados como base para a revisão da literatura,



oferecendo uma análise focada e relevante sobre o impacto do ensino remoto emergencial para o PAEE durante a pandemia de Covid-19.

Essa etapa de delimitação e aplicação dos critérios de seleção foi crucial para garantir que os estudos incluídos na revisão da literatura fossem altamente relevantes e contribuíssem de maneira significativa para a compreensão do ensino remoto emergencial no contexto do PAEE. Esse rigor metodológico assegurou a qualidade e a especificidade dos resultados obtidos na pesquisa.

Os dados foram coletados a partir de uma leitura detalhada de cada estudo selecionado, focando nas seções de introdução, metodologia, resultados e conclusões. Essa leitura permitiu extrair informações específicas e relevantes para cada um dos campos da tabela. Para garantir a precisão na coleta de dados, foi realizada uma revisão cruzada dos pontos principais entre os estudos, com o objetivo de identificar padrões, divergências e lacunas nas abordagens.

Com o quadro 1 completo, foi realizada uma análise comparativa entre os estudos, o que permitiu identificar tendências comuns, como os principais desafios enfrentados no ensino remoto para o PAEE, as estratégias adotadas pelos educadores, e as percepções sobre a efetividade das práticas inclusivas durante a pandemia. Essa comparação também facilitou a identificação de lacunas na literatura, como áreas pouco exploradas ou subgrupos dentro do PAEE que receberam menos atenção nas pesquisas.

A partir da análise comparativa, foram sintetizados os principais achados e identificadas as contribuições mais significativas dos estudos para o tema da pesquisa. Essa síntese foi crucial para compor uma revisão da literatura que fosse não apenas descritiva, mas também crítica, proporcionando insights sobre como o ensino remoto impactou o PAEE durante a pandemia. Os resultados da análise foram integrados em uma discussão mais ampla sobre o papel do ensino remoto na inclusão educacional, destacando tanto as conquistas quanto os desafios ainda presentes.

Com base nos dados organizados na tabela, foi possível elaborar um panorama detalhado dos estudos sobre o ensino remoto emergencial para o PAEE. Esse panorama incluiu a evolução das práticas pedagógicas durante a pandemia, a resposta das políticas educacionais, e as experiências relatadas por alunos, pais e educadores. O panorama serviu como base para a construção



das conclusões da pesquisa, ajudando a formular recomendações para futuras práticas e estudos no campo da educação especial em contextos de ensino remoto ou híbrido.

Essa etapa de análise das obras selecionadas foi essencial para estruturar a revisão da literatura de maneira organizada e aprofundada, permitindo uma compreensão clara dos impactos do ensino remoto emergencial no PAEE e contribuindo para a construção de um conhecimento mais robusto sobre o tema.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica desempenha um papel crucial na análise e síntese de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Esse tipo de pesquisa é particularmente vantajoso por permitir ao pesquisador explorar uma vasta gama de fenômenos sem a necessidade de deslocamento físico para coleta de dados, o que é especialmente relevante em contextos em que as informações estão geograficamente dispersas. Esse método é eficaz para investigar temas complexos e amplos, como a educação em tempos de pandemia, onde a diversidade de experiências e abordagens torna a análise bibliográfica uma ferramenta poderosa para o entendimento de realidades variadas.

A metodologia adotada para este estudo baseou-se nas etapas descritas por Gil (1999), que incluem leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Esse processo metódico garante uma abordagem sistemática e criteriosa da literatura disponível, alinhando-se com os objetivos específicos da pesquisa:

A leitura exploratória inicialmente teve como finalidade identificar o maior número possível de estudos que abordassem o ensino remoto emergencial e a inclusão de alunos do PAEE durante a pandemia de Covid-19. Essa leitura preliminar permitiu um mapeamento amplo da literatura existente, orientando o foco inicial da pesquisa e assegurando que nenhum estudo relevante fosse deixado de fora.

A leitura seletiva envolveu um refinamento do corpus de estudos identificados na fase exploratória. Nessa etapa, foram incluídos apenas os trabalhos que tratavam diretamente do impacto do ensino remoto no PAEE, assegurando uma análise mais focada e pertinente ao objetivo da pesquisa. Essa seleção criteriosa foi fundamental para garantir a qualidade e relevância



dos estudos incluídos na revisão.

Com os estudos selecionados, a leitura analítica buscou desmembrar os dados principais de cada trabalho, identificando metodologias, resultados, e discussões relevantes. Essa fase permitiu uma análise aprofundada das contribuições de cada estudo, destacando aspectos como as estratégias de ensino remoto adotadas, os desafios enfrentados por alunos e educadores, e as adaptações necessárias para a inclusão efetiva.

Por fim, a leitura interpretativa sintetizou as informações coletadas para responder à pergunta de pesquisa: "Quais foram os estudos desenvolvidos no período pandêmico sobre o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), no ensino fundamental (anos iniciais) entre os anos de 2020-2024?". Essa síntese crítica permitiu não apenas um entendimento mais claro das práticas e desafios do ensino remoto emergencial para o PAEE, mas também a identificação de lacunas na literatura, sugerindo direções para pesquisas futuras.

A fundamentação teórica deste estudo evidencia a importância do ensino remoto emergencial para o público da educação especial durante a pandemia, refletindo sobre as conquistas e desafios enfrentados para manter a inclusão educacional em um cenário tão atípico e desafiador. A análise destaca que, embora o ensino remoto tenha sido uma solução emergencial para a continuidade da educação, ele também trouxe à tona questões críticas sobre acessibilidade, adaptação de conteúdos, e suporte necessário para alunos com deficiência, sublinhando a necessidade de políticas educacionais que considerem as particularidades desse público em situações de crise.

Essa abordagem metodológica, assegurou uma revisão bibliográfica robusta e bem fundamentada, que não só mapeou o estado da arte sobre o tema, mas também proporcionou uma base sólida para discussões e recomendações sobre o futuro da educação inclusiva em contextos de ensino remoto ou híbrido.

O trabalho de Lara Lyss De Almeida Barreto, intitulado "Formação em tecnologia digital e assistiva para professores de educação especial durante a pandemia", investiga uma experiência específica de capacitação de professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Realizado em São Cristóvão, Sergipe, em 2022, o estudo aborda a formação de docentes para o uso de tecnologias digitais e assistivas em aulas remotas durante o período de



pandemia de Covid-19, destacando a importância e os desafios enfrentados no contexto da Educação Especial.

A pesquisa é centrada na análise de como essas formações auxiliaram professores no desenvolvimento de competências para lidar com tecnologias que facilitam a inclusão e aprendizagem de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições que compõem o público-alvo da Educação Especial. Durante a pandemia, o ensino remoto trouxe novos desafios, especialmente para esses estudantes, que requerem recursos adaptados e um acompanhamento especializado.

Barreto ressalta que, independentemente das circunstâncias, é essencial acreditar e investir na escolarização desses alunos, promovendo equidade e acesso à educação de qualidade. O trabalho destaca também o papel transformador das tecnologias assistivas, que, aliadas ao uso de recursos digitais, possibilitam novas formas de aprendizagem e comunicação para estudantes com necessidades educacionais especiais.

O estudo levanta reflexões sobre as limitações estruturais e tecnológicas que muitos professores enfrentam e reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem o desenvolvimento profissional contínuo dos educadores no uso de ferramentas digitais e assistivas. Dessa forma, o trabalho se posiciona como um importante contributo para a literatura educacional ao evidenciar as peculiaridades e os potenciais das práticas inclusivas mediadas pela tecnologia em tempos de adversidade.

A dissertação de Cristiane Silva Conceição, intitulada Estratégias educacionais para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico em Salvador - BA, é um estudo focado nas práticas e abordagens adotadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) para atender os alunos da Educação Especial na capital baiana durante os anos de 2020, 2021 e 2022, período crítico da pandemia de COVID-19.

O trabalho se debruça sobre as estratégias pedagógicas implementadas para garantir a continuidade do ensino aos estudantes do público-alvo da Educação Especial (PAEE) no contexto do ensino remoto e híbrido. Conceição reflete sobre a efetividade dessas estratégias, analisando as limitações e os desafios enfrentados tanto pelos professores quanto pelos próprios alunos e



suas famílias. Com o fechamento das escolas e a transição forçada para o ensino remoto, evidenciaram-se obstáculos como a falta de acessibilidade digital, a escassez de recursos adaptados, e a dificuldade de envolvimento dos estudantes em atividades virtuais, especialmente para aqueles com deficiências que demandam apoio contínuo e metodologias diferenciadas.

Um ponto destacado pela autora é que as iniciativas da SMED mostraram-se insuficientes para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva para esses alunos durante o período de suspensão das aulas presenciais. A pesquisa sugere que as estratégias adotadas eram muitas vezes inadequadas ou pouco adaptadas para as necessidades específicas dos alunos com deficiência, reforçando a necessidade de políticas mais robustas e de investimentos em formação docente voltada para o uso de tecnologias assistivas e metodologias inclusivas.

Conceição aponta que, sem apoio técnico e estrutural adequados, as iniciativas isoladas se tornaram limitadas na promoção de uma inclusão escolar efetiva. A dissertação contribui para a literatura ao oferecer uma visão crítica sobre a resposta educacional ao público-alvo da Educação Especial em Salvador, destacando a importância de um planejamento estratégico que considere as especificidades desse grupo e que garanta o direito à educação inclusiva, mesmo em períodos de crise. A dissertação de Renata Araujo dos Santos, intitulada *Desafios enfrentados pelos professores com o público-alvo da educação especial na pandemia da COVID- 19*, realizada em Bauru (SP) em 2023, aborda as percepções dos professores da educação infantil ao ensino médio sobre os desafios e adaptações no processo de ensino-aprendizagem de alunos do público-alvo da Educação Especial (PAEE) durante o ensino remoto imposto pela pandemia de COVID-19.

O trabalho explora como os docentes enfrentaram as limitações impostas pelo ensino à distância, destacando a necessidade de incorporar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para adaptar suas práticas pedagógicas. Santos investiga as estratégias desenvolvidas para superar as barreiras tecnológicas e garantir que os alunos com necessidades especiais pudessem acessar conteúdos e participar das atividades, mesmo fora do ambiente escolar.



Uma peculiaridade importante do estudo é a análise detalhada de como os professores aprenderam a utilizar novas ferramentas digitais e, ao mesmo tempo, recorreram a alternativas como o uso de materiais impressos para atender aos alunos com pouca ou nenhuma conectividade. A pesquisa revela que, embora o processo de adaptação tenha sido desafiador, os professores demonstraram uma capacidade notável de inovar e buscar soluções práticas, evidenciando um compromisso com a inclusão escolar e a equidade educacional.

A dissertação também discute a carga emocional e o esforço adicional exigido dos professores para lidar com a sobrecarga de tarefas, a ausência de capacitação formal em tecnologias assistivas e as dificuldades de engajamento dos estudantes com deficiência no ambiente virtual. Santos contribui para o campo da Educação Inclusiva ao evidenciar a importância de apoio institucional e formação contínua para os educadores, destacando como o uso criativo de recursos – digitais e impressos – foi essencial para minimizar os impactos negativos da pandemia sobre a aprendizagem dos alunos do PAEE.

Esse trabalho se posiciona como um estudo relevante que amplia o entendimento sobre os desafios e as adaptações necessários para promover uma educação inclusiva e acessível em tempos de adversidade, e sugere a urgência de políticas públicas que garantam suporte contínuo aos educadores.

A dissertação de Suelen Priscila Alves, intitulada "Políticas de educação especial em tempos de pandemia da Covid-19, realizada em São Carlos (SP) em 2020, oferece uma análise crítica das políticas de Educação Especial no Brasil, destacando as mudanças e adaptações implementadas durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa examina como as respostas emergenciais nesse período, ao invés de promoverem avanços, reforçaram padrões históricos de segregação e privatização, influenciando o atendimento ao público-alvo da Educação Especial.

Alves observa que as políticas direcionadas para a Educação Especial durante a pandemia não trouxeram inovações substanciais, mas aprofundaram problemas estruturais já existentes no sistema educacional. Em vez de promover a inclusão e o acesso equitativo, algumas dessas políticas acabaram por intensificar práticas de exclusão, delegando o atendimento de estudantes com



deficiência e outras necessidades educacionais específicas a iniciativas privadas, o que contribui para uma maior segregação e enfraquecimento do ensino público inclusivo.

Um aspecto único da dissertação é o enfoque crítico nas implicações políticas e sociais dessas escolhas. Alves questiona a falta de uma ação transformadora para a Educação Especial em tempos de crise, e sugere que a pandemia foi utilizada como justificativa para práticas que fragilizam o compromisso com a inclusão, levantando a importância de uma luta contínua pela escola pública. A pesquisa também destaca o impacto da ausência de políticas inclusivas robustas e adaptadas para o ensino remoto, evidenciando como os estudantes com necessidades educacionais especiais ficaram, muitas vezes, desassistidos.

Esse trabalho contribui significativamente para o campo da Educação Especial ao sublinhar a necessidade de políticas públicas que realmente promovam a equidade e a inclusão, em especial em momentos de crise. Alves argumenta que uma educação verdadeiramente inclusiva exige políticas que priorizem o acesso, o direito à educação e a participação ativa dos alunos com deficiência nas escolas públicas, resistindo a tendências de privatização e segregação que limitam o potencial inclusivo do sistema educacional brasileiro.

### **3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL: definição sócio-histórica**

Neste capítulo, será o percurso histórico da educação especial tanto no cenário internacional quanto no contexto nacional, destacando as principais definições e transformações sócio-históricas que moldaram essa área ao longo do tempo. Abordar-se-á o desenvolvimento das políticas públicas, os avanços legislativos e as práticas pedagógicas que visam à inclusão escolar de pessoas



com deficiência e outras necessidades educativas especiais.

Este percurso revela como as concepções de deficiência e de inclusão evoluíram, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas que impactaram diretamente a forma como a educação especial é concebida e implementada nas diferentes sociedades. A partir desse panorama, será possível entender os desafios e conquistas que caracterizam a educação especial nos dias de hoje.

A partir do século XVIII, surgem as primeiras iniciativas com o intuito de evitar o isolamento de pessoas cegas e outras com deficiências, buscando desenvolver suas potencialidades (Lemos, 1981 apud Bueno, 1993). Segundo Johnson (1974) e Mendes (1995), até o final do século XVIII, a exclusão dessas pessoas era generalizada. Indivíduos com deficiência eram afastados da sociedade, sendo vistos como inválidos e incapazes de qualquer atividade laboral. Nesse período, não havia qualquer preocupação com sua educação. No século XIX, avanços significativos nas áreas da medicina e biologia impulsionaram o estudo das pessoas com deficiência, em busca de soluções para suas condições.

A segregação, conforme observa Pessotti (1984), surgiu inicialmente com o intuito de proporcionar tratamento médico e aliviar a carga familiar e social, sem a intenção de oferecer uma educação formal aos deficientes. Assim, sua educação ficava restrita ao campo médico, comumente em instituições religiosas ou filantrópicas, com o aval do governo, porém sem o envolvimento direto do poder público. Nessa fase, acreditava-se que a educação especial deveria curar as deficiências, visando à normalização dos comportamentos.

Entre o final do século XIX e meados do século XX, segundo Mendes (1995), começaram a aparecer escolas especiais e centros adequados de reabilitação e treinamento. Stainback e Stainback (1997) também destacam que, simultaneamente, nos Estados Unidos, desenvolvia-se uma outra tendência: a concepção de escolas públicas comuns. Com a legislação do ensino obrigatório pelos estados, essas instituições começaram a receber mais recursos para se expandirem e se aperfeiçoarem.

Nos Estados Unidos, no período pós-guerra, diversos fatores sociais, econômicos e políticos provocaram mudanças nas políticas voltadas para as pessoas com deficiência (Aranha, 1995). A pressão social exercida pelos



movimentos em defesa dos direitos das minorias – incluindo negros, latino-americanos e indivíduos com necessidades especiais – forçou o governo a adotar ações concretas para reduzir a discriminação e segregação dessas populações. Naquele contexto, segundo Canziani (1995), a visão da pessoa com deficiência evoluiu da concepção de invalidez para a de alguém útil ou não, com base nos parâmetros do capitalismo.

Para Santos (1995), a escassez de trabalhadores, resultante do curto intervalo entre as duas Guerras Mundiais e, evidentemente, pela perda de soldados, teve um impacto significativo no movimento de integração de pessoas com necessidades educacionais especiais.

No final dos anos 1950, na Dinamarca, Bank-MikkelsenNirje desenvolveu o conceito de normalização, com o objetivo de oferecer às pessoas com deficiência mental condições de vida diárias que se assemelhassem ao máximo às da sociedade em geral (Carvalho, 1997). A ideia de integração nasceu para desafiar a exclusão que havia prevalecido por séculos. As instituições foram, aos poucos, preparadas para atender indivíduos com necessidades educacionais especiais, porém, a segregação ainda persistia. O foco passou a ser fornecer serviços viáveis, uma vez que a sociedade já não aceitava mais a inclusão dessas pessoas nos serviços convencionais da comunidade.

De acordo com Aranha (2000), nos Estados Unidos, a década de 1960 foi caracterizada por um crescimento expressivo de instituições especializadas, como escolas especiais, clínicas de reabilitação, oficinas de trabalho progressivas, clubes sociais específicos e associações esportivas voltadas para pessoas com necessidades especiais.

A crise do petróleo, conforme Mendes (1995), que afetou vários países e resultou em cortes nos gastos com programas sociais, também trouxe mudanças na filosofia dos serviços nas décadas de 1960 e 1970, por causa do elevado custo dos programas segregados em nações desenvolvidas. Nesse cenário, surgiram defensores de programas educacionais com práticas integradoras, que além de promoverem a inclusão, também representavam uma economia para o governo.

Segundo Canziani (1995), a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, iniciou-se o movimento de “Vida Independente”, que se espalhou para



outros países. Esse movimento, liderado por profissionais com deficiência, defendia a eliminação da dependência e ressaltava o direito dos indivíduos com necessidades educacionais especiais de exercerem sua autonomia, deixando de ser meros objetos de decisões tomadas por outros.

Nesse cenário, em 1975, nos Estados Unidos, foi criada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (RIO DE JANEIRO, 1981) e o Programa de Ação das Nações Unidas (ONU, 1982), com o objetivo de garantir a implementação desses direitos. Esses documentos foram respaldados legalmente pelo Projeto de Lei (PL) nº 94.142/1975, que formalizou a colocação de pessoas com necessidades educacionais especiais em ambientes menos restritivos possível nos Estados Unidos.

Movida pelo slogan da “igualdade”, lançado pela ONU em 1981, parte da população em diversos países começou a reconhecer a necessidade de mudanças sociais para assegurar esse direito (Regen,1997). Dessa forma, os debates sobre a integração do ensino especial ao ensino regular ganharam força em escala global.

Duas ondas de reformas políticas no sistema educacional dos Estados Unidos também influenciaram o movimento inclusivo. A primeira buscava promover a excelência nas escolas, alocando recursos para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade da educação no país. A segunda focava na reestruturação das escolas, envolvendo a revisão curricular, novas formas de avaliação de desempenho, descentralização da instrução, maior autonomia, orçamento flexível, decisões compartilhadas, coordenação e distribuição de recursos, além de maior participação comunitária (Sailor; Gee; Karasolft, 1993).

Para Jonsson (1994), esses acontecimentos nos Estados Unidos e na Europa, seguidos por outros países, marcaram o início de um novo caminho em direção à conquista dos direitos a uma vida digna e plena, fomentando o aparecimento do conceito de inclusão no final da década de 1980. Ele destaca que, “para garantir que pessoas com deficiência pudessem de fato ter participação plena e igualdade de oportunidades, era necessário não apenas adaptar os indivíduos à sociedade, mas também adaptar a sociedade aos indivíduos (Jonsson, 1994, p.63). Embora a ciência continue buscando maneiras de libertar o ser humano de suas limitações naturais, o avanço tecnológico,



efetivamente, trouxe mudanças nas práticas sociais vigentes.

Segundo Aranha (2000), a trajetória da Educação Especial no mundo passou por três paradigmas principais: institucionalização, serviços e suportes. O último paradigma está fundamentado em uma base técnico-científica que reconhece os benefícios no desenvolvimento pessoal e social que resultam da convivência em uma sociedade diversa, nos espaços comuns de vida, independentemente do tipo de deficiência ou do grau de comprometimento.

Em sua pesquisa sobre a história da Educação Especial no Brasil, Januzzi (1992) concluiu que suas origens estão ligadas, principalmente, a instituições, com registros de atendimentos já em São Paulo desde o século XVII, durante o Brasil Colônia. A expansão desse atendimento foi lenta. A Educação Especial só recebeu atenção e cuidados na medida em que foi percebida como necessária, muitas vezes em detrimento de outros setores da sociedade. Nesse contexto, os períodos educacionais no Brasil, durante a era do liberalismo, sustentaram as tendências republicanas e abolicionistas.

Conforme Mazzotta, 1996, a evolução da Educação Especial no Brasil pode ser dividida em dois grandes períodos. O primeiro, de 1854 a 1956, foi marcado por iniciativas isoladas, tanto do governo quanto de particulares. Nesse intervalo, destacam-se a criação do "Imperial Instituto para Meninos Cegos", que atualmente é o Instituto Benjamin Constant, e do "Imperial Instituto para Mudos", hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos. O segundo período, de 1957 a 1993, foi caracterizado por ações oficiais de alcance nacional.

Embora a primeira Constituição do Brasil, de 1824, tenha prometido educação primária gratuita para todos, essa promessa não foi cumprida de forma ampla (Brasil, 1824).

[...] A educação popular e muito menos dos 'deficientes mentais' não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primeiramente, aparelhado, provavelmente não eram consideradas 'deficientes'; havia lugar alguma tarefa executassem. A população era iletrada em sua maioria, chegando 85 % o número de analfabetos, entre todas as idades [...]. (Jannuzzi, 1992, p. 23).

Mendes (2001) afirma que estudiosos da história da Educação Especial no Brasil, como Bueno (1993), Januzzi (1992), Mazzotta (1996) e outros, revelam um



cenário de exclusão durante o período colonial, marcado pela negligência em relação à educação das minorias. As poucas instituições existentes operavam com um método médico-pedagógico, que se manteve desde a Constituição de 1889 até a década de 1920.

Foi apenas nas décadas de 1920 e 1930 que ações concretas para o desenvolvimento da Educação Especial começaram a ser implementadas. Nesse período, surgiram as primeiras classes especiais, em meio à transição política dos governadores. Essa mudança ocorreu com a passagem do sistema agro comercial para o urbano-industrial, o que trouxe uma nova estrutura social e o surgimento de novas classes, alinhadas ao capitalismo em expansão. Ademais, novas correntes de pensamento social, vindas de outros países, começaram a influenciar o cenário brasileiro (IDE, 1990).

Como aponta Severino (1986), no início do século XX, o Brasil viveu um "entusiasmo" em relação à educação, com a escola sendo vista como uma ferramenta capaz de redimir a humanidade. A Escola Nova, fundamentada em teorias de pedagogos como Maria Montessori, que valorizavam as diferenças individuais, foi vista uma via para superar a exclusão social. No entanto, Saviani (1992) observou que, quanto mais se exaltava a democracia dentro do ambiente escolar, menos ela parecia estar vinculada à construção de uma sociedade efetivamente democrática. Isso aconteceu porque, ao criar sistemas de ensino, a burguesia inseriu a escolarização como uma das bases para consolidar a ordem democrática.

Com o movimento da Escola Nova e o "entusiasmo pedagógico", a partir de 1930, as questões educacionais passaram a ter um enfoque "técnico-pedagógico" (Oliveira, 1996). Apareceram propostas de pesquisa científica com destaque para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. Todavia, embora o foco estivesse no desenvolvimento integral do aluno, visando reduzir as desigualdades por meio de uma educação apropriada, a ênfase no ensino individualizado acabou por rotular os alunos, o que, de certa maneira, reforçou o isolamento daqueles considerados "diferentes".

Entre 1937 e 1945, o Brasil passou pelo Estado Novo, um período marcado por um retrocesso na democratização da educação. Essa situação resultou de uma política centralizadora da Educação, com controle



governamental em todos os setores sociais e um fortalecimento do Ensino Superior (Mendes, 2000). Jannuzzi (1992) explica que, a partir de 1958, nota-se um investimento técnico-financeiro por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), voltado para as Secretarias de Educação e instituições especializadas, juntamente com a promoção de campanhas nacionais centrada na educação de pessoas com deficiência.

Paralelamente ao aumento da rede privada, houve uma ampliação na oferta de serviços educacionais para alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo classes especiais, SRM e unidades de ensino itinerantes na década de 70 (Omote, 1999). Contudo, esses serviços, frequentemente, atendiam mais à demanda de alunos que enfrentavam dificuldades na educação regular do que aos estudantes com deficiência que estavam fora da escola.

A Educação Especial começou a desempenhar uma dupla função, conforme aponta Bueno (1993). De um lado, colaborava para democratizar o ensino, ampliando aumentando as possibilidades educacionais para aqueles que não se beneficiavam dos métodos educacionais convencionais. De outro lado, também era responsável pela segregação das crianças vistas como diferentes, validando a ação seletiva da educação regular. Isso teve como resultado a formação de dois subsistemas paralelos e desconectados: a Educação Comum e a Educação Especial.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais passou por algumas alterações, impulsionado pela luta por seus direitos e, especialmente, pelo processo de popularização e socialização da educação.

Progressivamente, através de organizações não governamentais como a Sociedade Pestalozzi, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) e a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), o assunto relacionado à deficiência foi deslocado do campo da saúde para o setor educacional. A necessidade de uma política de Educação Especial começou a ser discutida na década de 1970, quando o MEC entendeu que os alunos da Educação Especial exigiam cuidados especiais em casa, na escola e na sociedade. Em 1986, o termo “estudantes excepcionais” foi trocado por “estudantes com necessidades especiais” (Bueno, 1993).



Por fim, na década de 1980, no Brasil, surgiram correntes influenciadas pelo movimento de integração e normalização da Europa e dos Estados Unidos, que reconheciam cada indivíduo, independentemente de serem parte ou não de “minorias”. Pessoas com necessidades especiais, sua família e distintos profissionais iniciaram a luta por conquistas significativas, como a inclusão e a equidade de direitos (Canziani, 1995). Na década de 1990, o Brasil participou da “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, na Tailândia, onde foram estabelecidas as bases da política de Educação Inclusiva.

Abaixo, encontra-se um quadro sintetizando os quatro pilares do conhecimento, baseados na obra "Educação: Um Tesouro a Descobrir" de Jacques Delors, produzida pela UNESCO em 1996.

<b>Pilar do Conhecimento</b>	<b>Descrição</b>
Aprender a Conhecer	Desenvolver habilidades cognitivas para compreender o mundo. Envolve o prazer da descoberta, a capacidade de concentração, de memória e o pensamento crítico. Este pilar ressalta a importância de uma base ampla de conhecimento para aprender continuamente ao longo da vida.
Aprender a Fazer	Focado na aquisição de competências para atuar em diversas situações, seja no trabalho ou na vida social. Visa preparar o indivíduo para aplicar conhecimentos na prática, seja individualmente ou em grupo, e desenvolver habilidades como adaptabilidade e criatividade.
Aprender a Conviver	Envolve o desenvolvimento de empatia, respeito, e a capacidade de colaborar e interagir com os outros. Este pilar destaca a importância de compreender a diversidade e promover a coexistência pacífica.
Aprender a Ser	Destina-se ao desenvolvimento integral da pessoa. Inclui a construção de autonomia, senso crítico e responsabilidade pessoal, permitindo ao indivíduo expressar plenamente seu potencial e exercer sua cidadania.



Esses pilares foram propostos como fundamentos para uma educação completa e que prepara o indivíduo para os desafios do século XXI. Eles vão além do ensino acadêmico e valorizam uma formação integral, que inclui tanto competências técnicas quanto habilidades interpessoais e éticas.

O século XX se encerrou sem que a incorporação, amparada por inúmeros documentos legais, tivesse sido efetivamente concretizada. Ainda existe um grande número de alunos em escolas especiais e turmas específicas, frequentemente sem perspectivas de retorno ao ensino regular. Omote (1999) enfatiza que a permanência prolongada de alunos em classes especiais para deficientes mentais pode ser um indicativo do uso inapropriado desse tipo de acolhimento na Educação Especial. No entanto, é necessário evitar generalizações extremas, uma vez que se encontra na literatura relatos de experiências exitosas em classes especiais (IDE, 1990; Campos, 1999).

Dessa forma, a trajetória da Educação Especial no Brasil se encontra em um momento de transformação, com uma página em branco a ser preenchida. Espera-se que essa construção seja guiada por princípios éticos, respeitando a diversidade e a igualdade de direitos.

[...] Dentro dessa ótica que a Educação Especial deve ser analisada, caso contrário contribuirá muito mais para manter a manutenção do processo segregação do estudante diferente, do que a democratização do Ensino, cujo caminho não pode ser pautar na divisão abstrata entre os que, em si, tem condições de frequentar escola regular e os que, por característica intrínseca, devem ser encaminhados a processos especiais de Ensino [...]. (Bueno, 1993, p. 81).

Conforme o terceiro milênio avança, o discurso sobre inclusão se torna proeminente. Esse movimento, vastamente, discutido na Educação Especial, alcançou a agenda da Educação Regular em todos os níveis de ensino, e distintas experiências exitosas estão surgindo em diferentes regiões do país. Contudo, Mantoan (1997) ressalta que a ocorrência do atendimento às necessidades educacionais das crianças brasileiras coopera para os elevados índices de repetência e evasão no Ensino Fundamental (EF). A crença na falta de capacidade de determinados alunos, como os de baixa renda e os com deficiência, de lidar com as exigências da educação regular ainda persiste no



imaginário da sociedade e na cultura escolar, ajuizando-se em argumentos e interpretações teóricas sobre a questão.

### **3.1 O público-alvo da educação especial**

Segundo as informações contidas em documentos oficiais e na literatura a respeito da educação especial, o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) é constituído por (Brasil, 2004, 2008, 2015; APA, 2014; UNESCO, 1994):

- a) **Indivíduos com Deficiência:** Refere-se àquelas pessoas que apresentam limitações de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial (deficiência física, visual, auditiva e mental). Essas limitações, quando combinadas com barreiras sociais, podem restringir sua participação integral e concreta na sociedade em condições de igualdade com os demais indivíduos.
- b) **Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA):** Refere-se a pessoas que apresentam dificuldades de desenvolvimento em várias áreas, como capacidade de interação social, comunicação, além de comportamentos repetitivos, interesses e atividades restritas. Este grupo abrange o autismo e outros distúrbios, como a Síndrome de Rett, o Transtorno Desintegrativo da Infância, a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento.
- c) **Indivíduos com Altas Habilidades/Superdotação:** São aqueles que mostram um alto potencial em capacidades e competências, habilidades, confirmado por um desempenho acima da média em diversas áreas das atividades humanas, abrangendo as acadêmicas desde a infância. Essas áreas incluem o âmbito intelectual, esportivo, de liderança, psicomotor e artístico.

Conforme o Decreto Federal nº 5.296/2004, considera-se um indivíduo com deficiência aquele que apresenta limitações ou incapacidades para realizar atividades, classificando-se nas seguintes categorias (Brasil, 2004):

- 1) **Deficiência física:** Refere-se à alteração parcial ou total de um ou mais membros do corpo humano, afetando a função física, manifestando-se como paraplegia, paraparesia, monoplegia,



monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, deformidades congênitas ou adquiridas, exceto deformidades estéticas que não resultem em dificuldades funcionais.

- 2) Deficiência auditiva: Trata-se da perda total ou parcial, seja congênita ou adquirida, da habilidade de entender a fala através da audição. Esta deficiência pode se manifestar de forma leve a moderada (com perda auditiva de até 70 decibéis), dificultando, mas não impossibilitando a comunicação oral; ou de maneira rigorosa a densa (com perda auditiva superior a 70 decibéis), o que torna inviável a compreensão da fala humana, mesmo com a utilização de aparelhos auditivos.
- 3) Deficiência visual: Abrange a cegueira, definida quando a acuidade visual é igual ou inferior a 0,05 no melhor olho com a correção óptica adequada; e a baixa visão, caracterizada por uma acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho com melhor desempenho. Também inclui situações em que o campo visual total é igual ou inferior a 60°, ou uma combinação dessas condições.
- 4) Deficiência intelectual/mental: Refere-se a um funcionamento intelectual que está expressivamente abaixo da média, manifestando-se antes dos 18 anos e associado a limitações em duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como comunicação, autocuidado, habilidades sociais, saúde e segurança, além de competências acadêmicas. Diagnósticos relacionados incluem Paralisia Cerebral, Síndrome do X Frágil, Síndrome de Down, entre outros, podendo ocorrer em conjunto com outras deficiências.
- 5) Transtorno do Espectro Autista (TEA): Para fins de categorização, o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) agrupa sob a denominação TEA os distúrbios anteriormente classificados como Transtornos Globais do Desenvolvimento, que incluíam o autismo, o Transtorno



Desintegrativo da Infância, a Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett. Atualmente, todos esses transtornos são considerados parte do espectro autista, de acordo com o Glossário do Censo Escolar.

A deficiência física, ao impactar a função motora, exige adaptações que promovam a autonomia e a inclusão do indivíduo em diversos espaços sociais e educacionais. Para garantir que o aprendizado seja acessível a todos, é imprescindível o uso de recursos como mobiliário adaptado, tecnologia assistiva e programas de reabilitação. A implementação de ações que favoreçam a mobilidade e a funcionalidade do corpo, como o ensino de técnicas para a utilização de próteses ou cadeiras de rodas, proporciona um ambiente mais equitativo para os alunos com deficiência física, permitindo sua plena participação.

A deficiência auditiva compromete a capacidade de comunicação oral, mas não significa a impossibilidade de aprendizagem. A utilização de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos, legendas, intérpretes de libras (Língua Brasileira de Sinais) e dispositivos de amplificação sonora, pode facilitar a acessibilidade no ambiente escolar. Além disso, práticas pedagógicas inclusivas, como o uso de material visual e gestual, são essenciais para que os estudantes com deficiência auditiva possam desenvolver habilidades cognitivas, sociais e comunicativas adequadas à sua realidade.

A deficiência visual pode afetar profundamente a forma como um indivíduo interage com o mundo ao seu redor. A educação inclusiva para pessoas com deficiência visual requer a adaptação de materiais didáticos e ambientes escolares, como livros em braille, softwares leitores de tela, e tecnologias que ampliem a visão, como lupas eletrônicas. Além disso, a orientação e mobilidade devem ser desenvolvidas para garantir que os estudantes possam navegar de forma independente, e a utilização de recursos audiovisuais acessíveis amplia as possibilidades de aprendizagem.

A deficiência intelectual implica em desafios no desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas com intervenções adequadas, é possível promover o desenvolvimento acadêmico e social desses indivíduos. O uso de



metodologias diferenciadas, que priorizem o aprendizado por meio de estímulos visuais, atividades práticas e repetição, pode ajudar esses alunos a superar limitações em áreas como comunicação e habilidades sociais. O apoio contínuo e personalizado, aliado ao fortalecimento das habilidades adaptativas é fundamental para que possam ter uma participação ativa na sociedade.

O TEA abrange um espectro de manifestações que afetam a comunicação, o comportamento e a interação social. A educação inclusiva para estudantes com TEA deve considerar a individualidade de cada aluno, utilizando práticas pedagógicas flexíveis e personalizadas. A utilização de suportes visuais, como quadros de comunicação, sistemas de reforço positivo, além da colaboração de profissionais especializados como terapeutas ocupacionais e psicólogos, ajuda a criar um ambiente de aprendizado favorável. Adaptar o currículo e as metodologias de ensino

para as necessidades específicas dos alunos com TEA contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

#### **4. IDENTIFICANDO OS ESTUDOS E VERIFICANDO OS PRINCIPAIS DESAFIOS**

Este capítulo aborda os desafios enfrentados pela educação especial durante o período pandêmico, com foco nas dificuldades e estratégias adotadas para o atendimento remoto aos alunos com deficiência. A partir de quatro dissertações de mestrado, analisa-se o impacto da pandemia na formação de professores e no uso de tecnologias assistivas, destacando as barreiras como a falta de recursos, a escassez de formação adequada e a dificuldade de avaliar



o aprendizado à distância.

As pesquisas também evidenciam a importância do envolvimento familiar e a necessidade de um currículo adaptado e individualizado. Além disso, o capítulo propõe que a educação especial deve ser tratada de forma emergencial, garantindo o direito à educação e à cidadania para todos, com o uso adequado das tecnologias e uma formação docente especializada.

A educação remota foi um meio emergencial que o Brasil encontrou para dar continuidade às aulas, já que a pandemia da COVID-19 trouxe desafios sociais significativos. Segundo Hedges (2020), isso foi definido como uma mudança temporária nos currículos, ou seja, uma alternativa emergencial para a crise do momento.

Observando que vários pesquisadores se voltaram para o estudo sobre a COVID-19, onde o mundo se colocou em estado de emergência, o afastamento social também impactou a educação. Utilizando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), reuni seis descritores (“inclusão”, “período pandêmico” e “COVID-19”) que falavam sobre como foi o trabalho com o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) desenvolvendo esses trabalhos remotamente.

O primeiro trabalho é de autoria de Lara Lyss de Almeida Barreto (2022), intitulado de “Formação em tecnologia digital e assistiva para professores de educação especial durante a pandemia”, sobre formação assistiva digital para professores do AEE durante a pandemia. A autora realiza uma pesquisa colaborativa com esses professores que, por meio de questionário, descrevem o trabalho.

Nesse estudo, a pesquisadora Barreto (2022) cita a dificuldade de recursos e a falta de formação no manuseio de equipamentos, pois os professores não foram preparados para isso. Além disso, há a dificuldade de trabalhar remotamente devido à falta de internet, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, e a ausência de prática nesse tipo de metodologia didática.

A falta de alcance e formação também foi mencionada, além da dificuldade de avaliar se os educandos estavam aprendendo. A pesquisa revela que, apesar das dificuldades socioeconômicas, os professores procuravam



manter o ensino com os alunos deficientes, mesmo com todos os obstáculos (Barreto, 2022).

O segundo trabalho é da pesquisadora Cristiane Silva Conceição (2023), intitulado de “Estratégias educacionais para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico em Salvador-BA”, que faz uma pesquisa qualitativa com estudo de caso, onde realiza uma entrevista com uma professora, uma gestora, uma professora de atendimento especializado, uma professora de classe comum, e a mãe de um aluno da rede municipal de Salvador/BA.

O objetivo da investigação de Conceição (2023) era identificar os desafios enfrentados por essas pessoas ao lidarrem com o trabalho remoto educativo. Neste estudo, foi constatado que houve inúmeros trabalhos bem-sucedidos. Contudo, a conexão de atividades entre a professora de classe comum e a de AEE foi prejudicada pela ausência do aluno na forma presencial na sala de recursos, onde são realizadas atividades complementares, lúdicas e educativas, sendo uma grande perda devido ao isolamento social (Conceição, 2023).

Outro trabalho analisado foi o da pesquisadora Renata Araújo dos Santos (2023), intitulado de “Os Desafios com o Público da Educação Especial”, que também se volta para a formação de professores. O objetivo era identificar percepções dos professores do ensino infantil e médio no ensino remoto com estudantes durante a pandemia, com a aplicabilidade das tecnologias assistivas. Nesta pesquisa, foram observados o planejamento e a aplicabilidade dos conteúdos durante a pandemia. Foram entrevistados 108 professores que relataram inúmeras barreiras para o bom êxito do trabalho, entre elas a falta de acompanhamento dos filhos nas atividades, o não compromisso dos alunos nas rotinas diárias das aulas e devolutivas de atividades, e a falta de recursos pedagógicos para atingir todos. Além disso, houve a dificuldade de avaliar o processo de ensino-aprendizagem na modalidade remota. A pesquisa termina com a sugestão de que é necessário investir em tecnologia assistiva para esse público (SANTOS, 2023).

Foi selecionado, dentre as dissertações analisadas, o da pesquisadora Suelen Priscila Alves (2022), cujo foco de pesquisa estava voltado para as políticas públicas voltadas aos alunos com deficiência, que tiveram que mudar o planejamento de ensino em decorrência da pandemia.



O planejamento dos alunos com deficiência, normalmente realizado de forma presencial, segue o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), atendendo a cada grau de deficiência de acordo com a série, o grau de deficiência e as habilidades. A pesquisadora Alves (2022) relata que as atividades nesse planejamento presencial foram adaptadas ao currículo da série, de forma que o aluno, de acordo com sua deficiência e potencialidades, consiga entender e resolver o conteúdo.

Com a transição para o ensino remoto, sugerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), essas adaptações tiveram que seguir os protocolos de distanciamento. A pesquisadora então analisou esses documentos, focando-se em observar como estavam sendo conduzidas essas atividades, identificando três pontos principais: primeiro, se as instituições escolares já enfrentavam precariedade tecnológica para atender os alunos com deficiência, esses alunos, de forma remota, também não tinham acesso a aparelhos celulares e à internet para realizar suas atividades (Alves, 2023).

Em segundo lugar, os professores que adaptavam esses planejamentos tiveram que usar recursos próprios, como computadores e pacotes de internet, para levar as atividades remotamente a esse grupo de alunos. O terceiro ponto foi a reflexão sobre o retorno desses alunos às aulas presenciais. Eles provavelmente não conseguiriam voltar presencialmente, nem de forma híbrida (uma semana presencial, outra em casa, como estava previsto para a maioria dos alunos), pois os alunos com deficiência não conseguiriam manter o distanciamento social na semana em que estivessem presentes, seguindo os protocolos sugeridos pela OMS, como distanciamento entre as carteiras e uso de máscaras (Alves, 2023).

Esses alunos dependem muito do contato físico de quem os ajuda, seja nas tarefas escolares ou na locomoção. Assim, esse retorno exigiria autorização por escrito dos responsáveis, que, em sua maioria, optaram por continuar com o ensino remoto (Alves, 2022).

Como resultado da pesquisa realizada, conclui-se que para melhorar a qualidade do ensino e o atendimento das políticas públicas voltadas aos alunos com deficiência, seria necessário privatizar o Ensino Especial junto a empresas de tecnologia, buscando parcerias com empresas privadas que ofereçam



suporte tecnológico às escolas e capacitação aos professores no uso de tecnologias assistivas. Isso garantiria um currículo individualizado, com atividades adaptadas para cada tipo de deficiência, assegurando qualidade no ensino.

Assim, as reflexões que faço analisando esses descritores e o que achei mais comum nos três trabalhos foram exatamente as dificuldades de executar o trabalho a distância devido à precariedade de recursos tecnológicos. A falta de investimento das políticas públicas nesse sentido se faz necessária. Em comum, também se observou a dificuldade de avaliar o trabalho remotamente, assim como a falta de formação dos professores no manuseio de ferramentas digitais no ensino remoto. A diferença sociocultural representada por diferentes grupos nas classes sociais dos alunos, a ansiedade e a insegurança foram fatores presentes nos três estudos.

Outro fator que se repetiu muito nos estudos foi o envolvimento familiar (LENIN, 2017). Este desempenhou um papel de muita importância para o sucesso ao observar as potencialidades e habilidades dos alunos. O trabalho remoto com esse público no isolamento teve muita relevância. Saviani e Galvão (2021, p. 38) discorrem sobre as implicações pedagógicas durante a pandemia e afirmam: “a falta de opção não foi a inexistência de possibilidades, mas uma escolha política”, mesmo com dados mostrando que o governo brasileiro não tomou medidas necessárias para conter a expansão do vírus. Os autores também falam da generalização das estratégias EAD, indo contra a legislação e insistindo no ensino remoto mesmo com dados mostrando suas limitações.

Lembrando que a educação escolar para o PAEE não se constitui apenas com a presença na escola, mas também com a participação na aprendizagem, e esse foi um dos maiores desafios para medir a eficácia da aprendizagem no período pandêmico. Mesmo reconhecendo o ensino remoto como um paliativo, a pandemia alertou para a urgência de criar um currículo que atenda esse público especial em atividades emergenciais, como foi o caso da COVID-19. Somente assim o direito à educação para todos será atendido. Prover estratégias e um currículo que realmente incluía esses alunos, garantindo o papel de cidadania desses alunos com deficiência, foi um tópico de reflexão importante no advento da COVID-19.



Gostaria de concluir minha releitura com base nos teóricos Cipriani, Moreira e Carius (2021). Apesar das dificuldades encontradas pelos docentes, muitas novas iniciativas surgiram, como o uso de diferentes recursos durante a suspensão das aulas. As descobertas no ressignificar das práticas e os incentivos à criatividade foram reforçados durante o afastamento. Talvez nunca se tivesse utilizado as tecnologias a distância com este alunado de crianças deficientes se não ocorresse a necessidade inesperada da pandemia.

Outro aspecto positivo foi o trabalho em equipe na tentativa de não excluir totalmente esses alunos, buscando vencer as barreiras da distância e da desigualdade econômica. Isso uniu os profissionais da escola, que se reuniam remotamente para buscar estratégias de evitar a evasão em massa desses alunos, e isso foi benéfico. O vínculo família-escola também foi de grande valor para conhecer as habilidades e potencialidades desses alunos.

Diante dos trabalhos observados, é possível constatar que o uso de tecnologias assistivas para os alunos com deficiência torna o ensino de mais qualidade e eficiência. É imprescindível ter um planejamento voltado para cada tipo de deficiência nessa área. Torna-se necessário também um plano individualizado para esse público em casos de emergência não presencial, como foi o caso da pandemia, um plano centrado em suas potencialidades e habilidades (Carneiro; Silva, 2016). O uso adequado das tecnologias para o público da educação especial proporciona maior permanência dos alunos no ambiente escolar (Sardegna; Pereira, 2016).

Deve-se observar também a necessidade de melhor formação por parte dos docentes nessa área, para melhor manuseio das ferramentas e adequação das atividades adaptadas para esses alunos com deficiência. Portanto, eles devem estar devidamente qualificados para a prática aplicada aos portadores de necessidades- especiais no uso dessas tecnologias (Dultra, 2019). O uso de tecnologias no ensino remoto, ou não, deve garantir que essa educação tenha um significado para o público da educação especial e lhes proporcione autonomia em seus direitos como cidadãos, em todos os aspectos da vida, promovendo uma formação qualificada por meio de suas capacidades (Alves; Hostins, 2019). Essa formação deve proporcionar autonomia tanto na sala de aula quanto no âmbito individual (Sganzerla; Gleller, 2019).



Assim, é importante verificar a necessidade de um plano detalhado voltado para o público da educação especial, utilizando tecnologias assistivas em qualquer modalidade ou grau de ensino, ou nas áreas necessárias para qualquer tipo de deficiência, sejam elas de mobilidade, visão, audição, altas habilidades, deficiências intelectuais etc. Ou seja, um planejamento que não apenas garanta a inclusão desse público, mas também sua permanência e formação, assegurando seu papel de cidadania. Esse direito à educação deve buscar princípios que preservem a dignidade, a identidade e o exercício da cidadania (Rigue; Oliari; Sturza, 2004, p. 11).

Durante a pandemia, os Planos de Ensino Individualizados (PEIs) dos alunos com deficiência possibilitaram a continuidade do processo educativo, ainda que em um contexto emergencial. As pesquisas analisadas destacam que, apesar das dificuldades enfrentadas, como a falta de recursos tecnológicos e a inadequação do ensino remoto para esse público, os PEIs foram uma ferramenta importante para adaptar as atividades às necessidades específicas de cada aluno.

Com a transição para o ensino a distância, esses planos precisaram ser revisados para garantir que as atividades seguissem as diretrizes de acessibilidade e que os alunos pudessem manter o vínculo com a aprendizagem. O envolvimento da família e a busca por estratégias alternativas, como o uso de recursos próprios pelos professores, foram fundamentais para mitigar os efeitos da precariedade tecnológica e garantir que os alunos com deficiência continuassem a receber o apoio necessário.

Nos trabalhos analisados, é possível perceber que, apesar dos desafios, como a escassez de formação para o uso de tecnologias assistivas e as limitações de conectividade, os PEIs permitiram aos professores planejar atividades mais adequadas ao contexto da pandemia. A pesquisa de Barreto (2022), por exemplo, revelou a importância da adaptação dos conteúdos, mesmo em um cenário de dificuldades logísticas, como a falta de internet. Além disso, os estudos de Conceição (2023) e Alves (2022) evidenciam como as estratégias individuais de ensino e o uso de tecnologias assistivas, quando bem aplicados, promoveram um ensino mais inclusivo, garantindo a continuidade da educação para esses alunos. No entanto, a necessidade de um planejamento mais robusto



e de uma formação mais ampla para os educadores permanece evidente, a fim de superar as barreiras de acessibilidade e melhorar a eficácia dos PEIs em contextos emergenciais como o vivido durante a pandemia.

## **5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DURANTE A PANDEMIA: análises de estudos dissertativos no recorte temporal 2020-2024**

Os desafios enfrentados pelo público-alvo da educação especial durante a pandemia foram amplamente discutidos nas dissertações analisadas entre 2020 e 2024, evidenciando as dificuldades estruturais e pedagógicas exacerbadas pelo ensino remoto. A pandemia trouxe à tona a precariedade dos recursos tecnológicos disponíveis para esse público, o que dificultou o acesso dos alunos com deficiência às atividades escolares.

Além disso, a falta de formação adequada dos professores no uso de tecnologias assistivas para o ensino remoto comprometeu a qualidade do atendimento educacional. A necessidade de um currículo mais flexível e individualizado também foi uma constante nas análises, uma vez que muitos alunos com deficiência precisaram de adaptações específicas para manter o aprendizado.

No entanto, essas dificuldades também geraram perspectivas de transformação, como a valorização do trabalho em equipe entre profissionais da educação e a parceria estreita com as famílias, fundamentais para minimizar os impactos da exclusão escolar.

A educação especial passou por transformações significativas antes, durante e após a pandemia de Covid-19, refletindo não apenas os desafios impostos pela crise sanitária, mas também as oportunidades de reconfiguração do sistema educacional. Antes da pandemia, a educação especial já enfrentava limitações, como a falta de infraestrutura, recursos pedagógicos adequados e formação contínua para os professores. A inclusão, embora contemplada por legislações, ainda esbarrava em práticas educacionais que não atendiam plenamente a diversidade das necessidades dos alunos com deficiência.

Durante a pandemia, essas limitações se intensificaram com a adoção do ensino remoto. A falta de acesso a tecnologias adequadas, a precariedade do



suporte familiar e a carência de formação para o uso de ferramentas digitais assistivas agravam-se, deixando muitos estudantes com deficiência em uma posição de vulnerabilidade educacional. Contudo, esse período também gerou aprendizados importantes sobre a necessidade de um currículo flexível, de maior valorização da

colaboração entre família, escola e comunidade e da ampliação do uso de tecnologias como recursos pedagógicos acessíveis.

No pós-pandemia, a perspectiva é de um retorno às aulas presenciais mais inclusivas, mas também de um movimento em direção a uma educação híbrida que considere as especificidades dos alunos com deficiência. Há uma urgente necessidade de repensar políticas públicas e práticas pedagógicas, priorizando a formação de professores, a adaptação de materiais e a criação de espaços de aprendizagem mais acessíveis e equitativos. A pandemia mostrou que a verdadeira inclusão depende não apenas de uma legislação, mas de um compromisso efetivo com a igualdade de oportunidades no processo educativo.

O trabalho de Lara Lyss de Almeida Barreto (2022) investigou a formação em tecnologia digital e assistiva para professores de educação especial durante a pandemia. O estudo de Cristiane Silva Conceição (2023) abordou as estratégias educacionais para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico em Salvador-BA. Já a investigação de Renata Araujo dos Santos (2023) destacou os desafios enfrentados pelos professores com o público-alvo da educação especial na pandemia da COVID-19. Esses estudos, publicados entre 2022 e 2023, oferecem uma visão abrangente sobre as práticas e dificuldades enfrentadas, e refletem a complexidade e a necessidade de adaptação rápida diante da crise.

O estudo de Lara Lyss de Almeida Barreto (2022) explorou a formação em tecnologia digital e assistiva para professores de educação especial durante a pandemia. A pesquisa revelou que muitos professores tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino remoto, enfrentando desafios significativos na implementação de tecnologias assistivas para alunos com deficiência. As práticas pedagógicas destacaram a necessidade de formação contínua e suporte técnico para os educadores, visando garantir a acessibilidade e a eficácia do ensino à distância. Além disso, as famílias desempenharam um papel



crucial como facilitadoras do aprendizado, colaborando com os professores para ajustar as estratégias educacionais às necessidades individuais dos alunos (Barreto, 2022).

No entanto, o estudo de Barreto (2022) também identificou que muitas famílias enfrentaram dificuldades em adquirir e operar com as tecnologias específicas, limitando o acesso dos alunos a recursos essenciais. A falta de infraestrutura adequada em algumas áreas também exacerbou as disparidades educacionais, criando barreiras adicionais para os estudantes da educação especial. A colaboração estreita entre escola e família emergiu como um fator crucial para mitigar esses desafios, evidenciando a importância de estratégias colaborativas e adaptativas para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível (Barreto, 2022).

Cristiane Silva Conceição (2023) investigou as estratégias educacionais adotadas para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico em Salvador-BA. O estudo destacou a diversidade de abordagens pedagógicas utilizadas, incluindo adaptações curriculares, recursos digitais personalizados e suporte individualizado aos alunos. As práticas pedagógicas foram guiadas pela necessidade de manter a continuidade do ensino, ao mesmo tempo em que garantiam a participação ativa e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com deficiência.

Os desafios encontrados foram diversos, desde a falta de preparo inicial dos educadores para lidar com o ensino remoto até a dificuldade de engajamento dos alunos em um ambiente virtual. As famílias desempenharam um papel crucial ao apoiar as crianças em suas atividades educacionais diárias, muitas vezes atuando como mediadoras entre os conteúdos escolares e as práticas domiciliares. A colaboração entre escola, família e comunidade foi essencial para superar esses obstáculos, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e sensível às necessidades individuais dos alunos com deficiência durante períodos de crise educacional (Conceição, 2023).

Renata Araujo dos Santos (2023) explorou os desafios enfrentados pelos professores que atuam com o público-alvo da educação especial durante a pandemia da COVID-19. O estudo revelou que os educadores tiveram que adaptar rapidamente suas práticas pedagógicas para o ensino remoto,



enfrentando obstáculos significativos relacionados à acessibilidade e adaptação curricular. As práticas pedagógicas desenvolvidas incluíram o uso intensivo de tecnologias assistivas, adaptações curriculares individualizadas e estratégias de suporte emocional para os alunos. No entanto, a transição para o ensino à distância destacou desafios adicionais, como a dificuldade em manter o engajamento dos estudantes, a falta de interação social e a adaptação das atividades práticas para um ambiente virtual.

As famílias desempenharam um papel crucial como mediadoras entre os professores e os alunos, fornecendo suporte emocional, auxiliando na organização das atividades escolares e facilitando o acesso aos recursos necessários. No entanto, muitas famílias enfrentaram dificuldades em conciliar o apoio educacional com suas próprias responsabilidades cotidianas e limitações tecnológicas. A colaboração estreita entre escola e família emergiu como um fator essencial para superar esses desafios, enfatizando a importância de estratégias colaborativas e adaptativas para promover um ambiente educacional inclusivo e de apoio durante períodos de crise como a pandemia da COVID-19 (Santos, 2023).

Analisando os três trabalhos selecionados, podemos identificar tanto semelhanças quanto diferenças significativas em relação às práticas pedagógicas, desafios enfrentados pelos estudantes e o papel das famílias durante o ensino remoto para o público-alvo da educação especial na pandemia da COVID-19.

Com relação às semelhanças, tem-se alguns desafios comuns. Observou-se que todos os estudos destacam desafios semelhantes enfrentados pelos educadores e estudantes da educação especial durante o período pandêmico. Isso inclui a adaptação rápida às tecnologias assistivas, a necessidade de adaptação curricular para atender às necessidades individuais dos alunos, e a dificuldade em manter o engajamento e a interação social em um ambiente virtual.

Além disto, a respeito do papel das famílias, inferiu-se que, em todos os trabalhos, as famílias são destacadas como fundamentais no suporte ao aprendizado dos alunos. Elas atuaram como mediadoras entre as práticas educacionais propostas pelas escolas e as necessidades específicas dos



estudantes em casa, assim como forneceram suporte emocional e auxílio prático na execução das atividades educacionais.

Com relação às diferenças, observou-se que cada investigação abordou diferentes aspectos do ensino remoto para alunos da educação especial. Por exemplo, Barreto (2022) concentrou-se na formação em tecnologia digital e assistiva para professores. Enquanto Conceição (2023), explorou estratégias educacionais específicas adotadas em uma dada localidade específica (Salvador-BA). Por outro lado, Santos (2023) analisou os desafios enfrentados pelos próprios professores no contexto do ensino remoto.

No que se refere as análises dos contextos e as metodologias utilizadas nas investigações, inferimos que as metodologias adotadas variaram entre os estudos, refletindo diferentes abordagens de pesquisa e análise. Por exemplo, alguns utilizaram revisão de literatura extensiva, enquanto outros podem ter incluído estudos de caso ou entrevistas qualitativas. Além disso, as especificidades geográficas e contextuais também influenciaram as conclusões de cada trabalho. Outros aspectos que podem ser mencionados são os enfoques específicos, isto é, cada estudo trouxe à tona preocupações singulares relacionadas ao ensino remoto para a educação especial. Enquanto um enfatizou mais na acessibilidade tecnológica, outro se concentrou na adaptação curricular ou nos impactos psicossociais dos alunos e professores.

Em resumo, embora compartilhem desafios comuns e reconheçam o papel crucial das famílias, os estudos de Barreto (2022), Conceição (2023) e Santos (2023) diferem em seus focos de estudo, metodologias aplicadas e contextos específicos abordados, oferecendo perspectivas complementares sobre o ensino remoto para alunos da educação especial durante a pandemia da COVID-19.

### 5.1 Educação ainda mais desigual

O direito à escolarização de estudantes com deficiência na escola regular e nas classes comuns tem se configurado, atualmente, como um debate necessário para a busca de qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades. A materialização desse direito é atravessada por um conjunto de



fatores, desde o debate das concepções, políticas, culturas escolares, práticas pedagógicas, serviços e apoios que circundam a perspectiva da inclusão escolar, até os mais profundos sobre as condições socioeconômicas e políticas que produzem a desigualdade social (Laplane, 2007; Kassir, 2007, 2010; Kassir; Rebelo; Oliveira, 2019; Neves, 2005; Pereira, 2008).

Na análise de Mendes (2019), qualquer proposta de política de inclusão escolar que vislumbre o direito à educação de estudantes com deficiência deve considerar tanto a universalização do sucesso na escola quanto a qualidade na oferta da educação escolar dos serviços de apoio para essa parcela da população. De acordo com a autora, seria necessário, no mínimo, duplicar o quantitativo de matrículas de estudantes com deficiência a partir do incentivo ao crescimento das matrículas nas escolas de ensino regular para, enfim, ampliar a responsabilidade do Estado pela educação gratuita de crianças, jovens, adultos e idosos inseridos no público da política de Educação Especial. Nesse aspecto, além de imperativo moral e legal, a política de inclusão escolar seria o caminho mais viável para garantir avanço na escolarização dessas crianças (Mendes, 2019).

Mendes (2019), ao analisar as condições de acesso à educação para estudantes PAEE, apontou que, na época, uma média de 750 mil estudantes desse grupo possui acesso à escola de ensino regular. Desse total, 60% são escolarizados exclusivamente na classe comum, sem acesso ao AEE, e 40% deles estão na escola de ensino regular, com suporte do AEE. Além disso, cerca de um quarto dos estudantes de PAEE estão matriculados em classes de escolas especiais, sem necessidade de estarem escolarizados.

O principal problema parece estar na concepção do serviço de apoio baseado em um formato único do AEE, extraclasse, com professores multifuncionais, conseqüentemente, com atuação isolada e apoios descontínuos na classe comum (Mendes, 2019). Na prática, esse serviço acaba tomando o lugar de acomodação da diferença na escola, mantendo a concepção de deficiência “centrada no estudante que o atendimento vai compensar, provocando pouco ou nenhum impacto na classe comum, numa escola que precisa mudar para oferecer ensino de qualidade para ‘todos’ ” (Mendes, 2019,



p. 21).

Assim, ocorre a manutenção dos pilares de uma cultura escolar homogênea na forma de ensinar e lidar com estudantes com deficiência, reforçando a hegemonia de uma cultura e organização escolar tradicional, pautada no trabalho isolado do AEE nas SRM, diante dos professores das classes comuns e dos demais profissionais da escola. Em síntese, permanece a fragmentação dos serviços e apoios internos e externos na escola, e a exclusão do estudante com deficiência é reafirmada como um processo aparentemente “natural”.

No contexto brasileiro, existe um importante conjunto de bases normativas instituídas que garantem direitos aos estudantes com deficiência. Isso é resultado das lutas em diferentes campos, como movimentos de pais, professores, profissionais de diferentes áreas, além de embates políticos, científicos, entre outros, que combatem privilégios e condições de desigualdade. Entretanto, a realidade impõe inúmeros desafios, dos quais as políticas de inclusão escolar não têm conseguido superar. A superação dessa realidade envolve rupturas com condições concretas que produzem e mantêm a desigualdade social no modelo societário capitalista.

A escola é vista como um lugar para superar as desigualdades – cuja origem é externa, e sua manutenção, interna – e os professores e demais profissionais da escola são considerados responsáveis pela construção de práticas pedagógicas inclusivas e pelo combate à exclusão escolar. Notoriamente, a escolarização de estudantes com deficiência pressupõe que os professores compreendam exatamente o que produz as condições de exclusão (que não são dadas naturalmente, mas são produzidas historicamente e socialmente) e como o trabalho pedagógico pode ser desenvolvido em sintonia com um projeto político e societário em permanente disputa pela inclusão escolar e social.

Outro aspecto a ser destacado é que, para as pessoas com deficiência, além da falta de vagas nas escolas, quando conseguem acesso à matrícula, não existe uma política de permanência com professores de apoio, professores do AEE, equipe multidisciplinar e formação de profissionais da educação. Nessa modalidade de ensino, ainda falta a chamada acessibilidade atitudinal, que



consiste em superar as barreiras decorrentes de estereótipos, preconceitos, estigmas e discriminação (Sasaki, 2009).

O quadro abaixo ilustra a evolução das matrículas de alunos/as na Educação Especial no Brasil durante o período da pandemia de Covid-19, de 2019 a 2021. Esses dados são baseados em informações do Censo Escolar do INEP.

<b>Ano</b>	<b>Total de Matrículas na Educação Especial no Brasil</b>	<b>Crescimento em Relação ao Ano Anterior</b>
2019	1.272.000	-
2020	1.285.000	+1,02%
2021	1.327.000	+3,27%

Os números mostram um aumento gradual nas matrículas, mesmo durante a pandemia, refletindo uma tendência de inclusão progressiva, apesar das dificuldades de acesso e da adaptação ao ensino remoto. O crescimento foi possível graças a políticas de inclusão, demandas sociais, e esforços para adaptar o ensino remoto às necessidades de estudantes com deficiência.

Essas informações podem variar entre estados e regiões, mas o panorama nacional indica um movimento contínuo de inclusão na educação especial, reforçado por políticas públicas e investimentos em acessibilidade digital e presencial.

No entanto, no cenário da pandemia da COVID-19, milhares de crianças ficaram sem acesso às escolas, e as dificuldades foram ainda maiores para as pessoas com deficiência, pois também foram interrompidas as terapias de estimulação e outros programas de assistência social que são muito importantes para essa população.

Diante desse cenário, é provável que essa exclusão se torne permanente, pois muitas pessoas com deficiência talvez não tenham retornado à escola devido às consequências sofridas no período pandêmico. Percebemos que as vidas das pessoas com deficiência e de suas famílias sofreram mudanças drásticas que aprofundaram ainda mais a exclusão.



Além disso, a proposta de ensino remoto emergencial chegou através de plataformas *online*, provisoriamente enquanto substituí a educação presencial. Entretanto, aprender sem ter um professor por perto é uma tarefa desafiadora para qualquer pessoa, principalmente para as pessoas com deficiência.

Organizações internacionais, utilizando a pandemia como pretexto, aproveitaram para difundir um modelo de educação defendido pelos que detêm o capital. Agentes “intelectuais”, como o Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao ditar as diretrizes educacionais, recomendaram que fosse fornecidas oportunidades para dar continuidade ao calendário escolar (BIRD, 2021).

Estratégia esta que, a partir de nomes novos, como atividades mediadas por TICs no contexto da pandemia ou ensino remoto emergencial, viabilizou o fortalecimento e a adoção de modelos improvisados de ensino a distância, desconsiderando as diferenças e as necessidades de suporte entre as pessoas menos favorecidas, especialmente aqueles que têm deficiência. Desse modo, o afastamento presencial da escola provocado pela pandemia da COVID-19 favoreceu a expansão oportunista do capitalismo, impondo uma ideia universal de pessoa com a introdução de atividades escolares remotas, aprofundando as formas de desigualdade na garantia dos direitos à educação.

A crítica a esse modelo de ensino imposto durante a pandemia da COVID-19 se baseia na compreensão da escola como um elo da criança com a vida; espaço cultural privilegiado de apropriação do conhecimento científico (Leontiev, 2005, 2004; Vygotsky, 1997). O desenvolvimento psíquico da criança com deficiência depende da qualidade da atividade de mediação pedagógica personalizada e da estrutura organizacional do ambiente de aprendizagem.

Nessa linha de pensamento, adotam-se aqui os pressupostos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, em especial a ideia de que as condições sócio-histórico culturais e políticas são fontes/meios de desenvolvimento que se constroem no trabalho coletivo, viabilizando a organização da atividade psíquica (Leontiev, 2004, 2005; Vygotsky, 1997).

A presente acentuação das desigualdades, processo aprofundado com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 95/2016 (Brasil, 2016), – que



implementou um teto de gastos públicos federais para os próximos 20 anos, portanto, até 2036, para serviços de natureza social, incluindo a área Educação – encontrou terreno fértil num contexto em que a “necropolítica” foi assumida como projeto (Mariano, 2017). Ainda assim, vale ressaltar que a pandemia da COVID-19 potencializou a desigualdade, a vulnerabilidade e a negação de direitos em que as pessoas com deficiência já se encontravam.

Outro retrocesso na política de educação das pessoas com deficiência, anunciado durante a pandemia da COVID-19, veio através do Decreto nº. 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020 (Brasil, 2020b), que instituía a Política Nacional de Educação Especial ao longo da vida. Isso significou uma involução de todos os esforços empreendidos no país para que os estudantes de PAEE não fossem vítimas da violência, que se constitui como segregação escolar.

O referido Decreto representa um retrocesso político-ideológico, pois legitima a lógica da segregação que manteve pessoas com deficiência à margem da sociedade durante tanto tempo. Também representa uma violação de direitos humanos, na medida em que carrega uma concepção discriminatória e responsabiliza a pessoa com deficiência pelas suas dificuldades na inclusão escolar (Brasil, 2020b).

Além disso, o Decreto nº. 10.502/2020 apresentou retrocessos que não estão alinhados com o paradigma da educação inclusiva, que é fundamental para os princípios de uma sociedade democrática, com justiça social, cujos direitos fundamentais são garantidos para todas as pessoas, sem preconceito de qualquer ordem, seja em razão de deficiência, raça, etnia, gênero, sexualidade ou classe social (Brasil, 2020b).

A justificativa apresentada para essa nova política foi atender à demanda, por parte dos familiares de pessoas com deficiência, de poder escolher entre a escola especial e a escola comum para matricular os filhos. Vale lembrar que foi somente a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI) (Brasil, 2008) que as escolas comuns abriram suas portas para esse público. Na prática, o direito, como consta no decreto, torna ainda mais difícil o acesso dos estudantes com deficiência às escolas comuns, bem como seu direito à permanência e à aprendizagem nessas escolas.

As escolas regulares já impõem dificuldades na matrícula de crianças com



deficiência, o que significa, em termos práticos, a restrição das possibilidades de escolha. Desse modo, as escolas regulares poderão usar a política para barrar ainda mais o acesso e a permanência desses sujeitos, pois, com esse decreto, os estudantes serão identificados e convidados a se retirar de onde estariam matriculados.

Preocupa a definição de critérios para a seleção que a escola fará do estudante, o que certamente terá como pressuposto o modelo biomédico que perpassa de maneira transversal a proposta da política apresentada nesse decreto.

Conforme já explicitado, nesse modelo a deficiência se encontra exclusivamente no sujeito, atribuído ao estudante a falha do seu processo inclusivo. Isso leva a crer que, se a inclusão não está sendo eficaz, deve-se retirar o estudante com deficiência do ambiente inclusivo para uma classe especial, quando todas as recomendações atuais sensibilizam a necessidade de fornecer recursos para a inclusão. Se o estudante não se beneficia da escola regular, a responsabilidade não é dele, constituindo-se, na verdade, como uma situação que aponta ainda mais a necessidade de novos recursos que o atendam em suas especificidades. Essa é a concepção do modelo social na qual a deficiência considera a interação entre o sujeito e o meio.

Liberdade de escolha não é retornar às escolas de classes especiais, mas garantir os direitos da população no processo educativo, inclusive com a ampliação de recursos públicos para a efetivação da educação inclusiva, com garantia e condições de acessibilidade e permanência adequadas para as pessoas com deficiência. Após intensa mobilização social contra o Decreto nº. 10.502/2020, o Tribunal Federal, em 28 de dezembro de 2020, referendou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 6.590 para suspender a eficácia do referido decreto. De acordo com relator da ADI, Ministro Dias Toffoli (Brasil, 2020c):

[...] o paradigma da educação inclusiva é resultado de um processo de conquistas sociais que afastaram a ideia de vivência segregada das pessoas com deficiência ou necessidades especiais para incluí-las no contexto da comunidade [...]. (Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2020c, s./p.).



O contexto pandêmico intensificou a separação dos espaços e dividiu as pessoas entre aqueles que puderam se manter no isolamento e aqueles que não puderam, seja pela falta de condições financeiras ou limitações que, devido a diversas barreiras, as impediram de se adequar ao “novo mundo”, como é o caso das pessoas com deficiência, que viram suas dificuldades agravadas com a pandemia da COVID-19. Os problemas enfrentados por esse público são de ordem social e material.

O aprofundamento das dificuldades no atual cenário, bem como o enfrentamento das barreiras impostas diariamente, denuncia a precariedade da vida das pessoas com deficiência na sociedade capitalista e a ausência de políticas públicas e sociais. Por outro lado, há a possibilidade de que surjam mobilizações sociais que pressionem pela criação de políticas públicas estruturadas com o objetivo de garantir direitos às pessoas com deficiência.

Mello (2016) afirma que a hierarquização dos corpos está diretamente relacionada ao capacitismo, especialmente no contexto do capitalismo. É o “universalismo” que busca solucionar divisões e dificuldades afirmando a existência de algum tipo de fundamento universal, como a natureza humana. Historicamente, esse universalismo tem sido alcançado por meio da exclusão e da dominação.

A emancipação e a libertação de todas as opressões sobre as pessoas com deficiência demandam mudanças estruturais profundas, que vão além de políticas assistencialistas ou adaptações superficiais. Essas mudanças começam com a reestruturação de valores sociais e culturais, visando romper com o capacitismo — a discriminação baseada na capacidade física ou intelectual. Isso implica em reeducar a sociedade para enxergar as pessoas com deficiência como indivíduos completos, plenos de capacidades e direitos, cuja diversidade enriquece o coletivo.

São necessárias atitudes proativas na criação de políticas públicas que garantam acessibilidade, inclusão no mercado de trabalho e autonomia plena. Além disso, promover uma educação inclusiva desde os primeiros anos de vida, onde todos cresçam compreendendo e respeitando as diferenças, é fundamental. Somente com essas transformações profundas e com o comprometimento social será possível garantir uma sociedade verdadeiramente



inclusiva, onde pessoas com deficiência possam viver com dignidade e sem barreiras.

A única alternativa parece ser a ruptura com os paradigmas existentes e sua substituição por outro mais inclusivo, de modo que não seja necessário criar políticas protecionistas específicas para cada grupo ou sujeito, pois todos terão seus direitos sociais efetivados. As atuais políticas de “inclusão” não conseguem superar as condições que levam à exclusão, pois não reestruturam ou rompem com o modelo de produção capitalista, mas apenas colaboram para um ajuste ou acomodação dentro da lógica já existente.

Ainda assim, diante dos efeitos da pandemia da COVID-19 em nosso país, será necessária a reconstrução de instrumentos dialogados e recursos para os segmentos vulneráveis e precarizados. Para as pessoas com deficiência, a pandemia demonstrou a necessidade de pensar e efetivar formas de atuação nos cuidados multifuncionais em todas as áreas – saúde, assistência social, lazer, educação, comunicação, cultura – e, principalmente, nos relacionamentos e convívio das pessoas com deficiência com a sociedade, sejam elas intencionais ou não.

Enfrentamos muitos desafios, e um dos maiores será ampliar os investimentos científicos e garantir a existência e o investimento em políticas públicas e sociais de acesso. Isso exige a revogação da Emenda Constitucional nº. 95/2016, para a retomada da disponibilização do orçamento público para as questões sociais.

Mesmo em uma situação de excepcionalidade, a abordagem neoliberal pretende afirmar a ideia de um “novo normal” dentro do velho modelo estrutural. Para as pessoas com deficiência, na prática, isso representa um aprofundamento do capacitismo e um retorno à lógica da segregação. Portanto, mais do que nunca, nada pode parecer normal.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A emergência global provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 resultou em uma crise de saúde pública que exigiu adaptações rápidas nas estratégias educacionais para garantir a continuidade do ensino. As medidas de



distanciamento social e o fechamento das instituições educacionais precipitaram a adoção do ensino remoto emergencial, afetando profundamente também o público-alvo da educação especial.

O problema de pesquisa que orientou este estudo questionou quais foram os estudos desenvolvidos no período pandêmico sobre o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no Ensino Fundamental (anos iniciais) entre os anos de 2020- 2024. Nosso objetivo geral foi mapear os estudos desenvolvidos sobre o PAEE nesse período, utilizando como fonte a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), considerando as práticas pedagógicas emergenciais adotadas para esse grupo de alunos. Com base nessa investigação, foram identificados os principais resultados e desafios encontrados nos estudos revisados, como a falta de infraestrutura tecnológica e a necessidade de capacitação contínua para o uso de tecnologias assistivas, fundamentais para a continuidade da aprendizagem durante o ensino remoto emergencial.

A pandemia ocasionou mudanças em todos os setores da sociedade. Com a insegurança presente nesses setores, o resultado da análise deste trabalho revelou a necessidade de mudanças não apenas atitudinais em relação à inclusão e às diferenças, mas também de políticas públicas que invistam em recursos nas escolas, na formação continuada com foco em tecnologia. O advento da pandemia serviu para despertar essas reflexões, pois nunca se percebeu uma sociedade tão desigual como foi retratada durante a Covid-19.

Outro aspecto importante é a fusão entre família e escola, pois, assim, é possível conhecer os educandos, suas potencialidades e habilidades, o que legitima o papel da cidadania. O mais importante é que não houve uma exclusão total, posto que os estudantes com deficiência foram incluídos e não foram deixados de lado no processo, mesmo que de forma precária. A escola, junto com as equipes pedagógicas e de gestão, buscou, na medida do possível, incluí-los em suas ações.

Durante esta pesquisa, analisei as práticas pedagógicas adotadas para esse grupo específico de alunos, identificando os desafios enfrentados e as barreiras encontradas durante o ensino remoto. Um aspecto positivo observado



nos estudos revisados foi que, apesar das dificuldades, as crianças da educação especial não foram totalmente excluídas do processo educacional durante a pandemia, evidenciando a importância da adaptação e da colaboração entre família e escola.

O uso de tecnologias assistivas foi amplamente explorado como uma ferramenta valiosa para facilitar o aprendizado dos alunos com deficiência, seja ela presencial ou remota como foi no período pandêmico, ressaltando a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura tecnológica e na capacitação dos envolvidos. As famílias desempenharam um papel fundamental como mediadoras do ensino remoto, auxiliando na mediação do aprendizado e na execução das atividades propostas.

No entanto, foi evidente que muitas enfrentaram desafios significativos, desde a falta de acesso a recursos tecnológicos adequados até a necessidade de suporte educacional adicional. Este estudo sublinha a urgência de políticas públicas que atendam às necessidades específicas da educação especial, incluindo a criação de um currículo emergencial adaptado às habilidades e potencialidades dos alunos. Espera-se que as lições aprendidas durante esta época desafiadora possam orientar futuras iniciativas educacionais inclusivas e eficazes para esse público vulnerável.

Além das adaptações metodológicas e tecnológicas necessárias durante o ensino remoto emergencial, também se destacou a importância de uma abordagem sensível às necessidades individuais dos alunos da educação especial. Cada criança apresenta características únicas que requerem estratégias educacionais personalizadas, especialmente em um ambiente virtual. A colaboração estreita entre educadores especializados, famílias e profissionais de saúde foi crucial para garantir que esses alunos recebessem o apoio adequado para seu desenvolvimento acadêmico e emocional durante a pandemia.

Além disso, a experiência do ensino remoto revelou lacunas significativas na infraestrutura educacional brasileira, particularmente no que diz respeito à acessibilidade digital e à formação contínua de professores. A falta de recursos adequados e de capacitação específica limitou a eficácia das práticas



pedagógicas, evidenciando a necessidade urgente de investimentos em tecnologia educacional inclusiva e em programas de formação docente que preparem os educadores para enfrentar desafios semelhantes no futuro.

Diante da realidade investigada, torna-se evidente que o ensino remoto para crianças com deficiência durante o período pandêmico impôs desafios significativos à educação inclusiva. A transição abrupta para o ensino mediado por tecnologia evidenciou a necessidade de adaptações pedagógicas, suporte especializado e recursos acessíveis para garantir a continuidade do aprendizado desse público. No entanto, a falta de planejamento prévio, a desigualdade no acesso às ferramentas digitais e a ausência de apoio individualizado dificultaram a efetivação do ensino remoto, comprometendo a inclusão e o desenvolvimento integral desses estudantes.

No entanto, é essencial reconhecer que a pandemia da COVID-19 não apenas revelou fragilidades no sistema educacional, mas também ofereceu oportunidades para inovação e melhoria. O aprendizado adquirido com a adaptação ao ensino remoto pode ser utilizado para informar políticas educacionais mais robustas e inclusivas no pós-pandemia. A criação de um currículo emergencial sensível às necessidades específicas da educação especial não deve ser apenas uma resposta temporária, mas sim um passo fundamental na promoção de uma educação equitativa e acessível para todos os alunos, independentemente de suas capacidades e condições individuais.

Por fim, aponto que foi um ganho pessoal muito grande a análise e reflexão desses trabalhos, espero também que sirva para futuros pesquisadores que se interessarem sobre o tema.

Finalizando este trabalho, considero que a análise dos estudos realizados durante o período pandêmico trouxe uma contribuição significativa para a compreensão dos desafios e avanços na inclusão dos alunos da educação especial no ensino remoto emergencial. As experiências vividas nesse contexto ressaltam não apenas a resiliência das práticas educacionais adaptadas, mas também a importância de um planejamento mais inclusivo e estruturado para o futuro. Espera-se que este estudo possa servir como base para novas investigações e que inspire profissionais e pesquisadores interessados em



aprimorar as políticas e práticas educacionais voltadas ao PAEE. Em suma, os conhecimentos adquiridos representam um avanço pessoal e acadêmico e reforçam o compromisso com uma educação mais acessível e igualitária para todos.



## REFERÊNCIAS

ALVES, A. G.; HOSTINS, R. C. L. Desenvolvimento da Imaginação e da Criatividade por meio de Design de Games por Crianças na Escola Inclusiva. **Revista Brasileira De Educação Especial**, v. 25, n. 1, p. 17-36, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000100002>. Acesso em: jan. 2024.

ALVES, S. P. F. **Política de Educação Especial em tempos de pandemia da COVID-19**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16461/Suelen%20-%20Pol%c3%adtica%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20Especial%20em%20tempos%20de%20pandemia%20da%20COVID-19%20%282020%29.pdf%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. *In*: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p. 01-09. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/133](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/133). Acesso em: set. 2023.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, n. 2, p. 63-70, 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

BARRETO, L. L. de A. **Formação em tecnologia digital e assistiva para professores de educação especial durante a pandemia**. 118f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17250/2/LARA\\_LYSS\\_ALMEIDA\\_BARRETO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17250/2/LARA_LYSS_ALMEIDA_BARRETO.pdf). Acesso em: jan. 2024.

BIRD. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento; Banco Mundial. **Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças: os custos e a resposta ao impacto da pandemia da COVID-19 no setor de educação na América Latina e no Caribe**. Washington: Grupo Banco Mundial, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35276/Acting%20onow-sumPT.pdf>. Acesso em: jul. 2022.



BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. 1824. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº. 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília: Presidência da República, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº. 6.590**. Distrito Federal. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020c. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6036507>. Acesso em: jun. 2023.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CAMPOS, L. S. Avaliação e reeducação psicomotora e sociocognitiva de crianças de classe especial da E. E. P. G. Marechal Floriano. **Anais [...]**. Mostra de T. G. I. v. 1, n. 1, 1999.

CANZIANI, M. L. **Crianças deficientes, psicodiagnóstico**. Educação. Porto Alegre, 1995.



CARNEIRO, R. U. C.; SILVA, S. S. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I? **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 935-955, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.esp2.p935-955>. Acesso em: jan. 2024.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CIPRIANI, F. M.; MOREIRA, A. F. B.; CARIUS, A. C. Atuação docente na Educação Básica em tempo de pandemia. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. 1-21, e105199, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236105199>. Acesso em: jan. 2024.

CONCEIÇÃO, C. S. **Estratégias educacionais para o público-alvo da educação especial durante o período pandêmico em Salvador-BA**. 114f. 2023.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39058/1/repositorio%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Cristiane%20Silva%20Concei%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

DULTRA, A. A. O ensino híbrido: alternativa para a educação inclusiva de surdos. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsdv8i6.1078>. Acesso em: jan. 2024.  
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HODGES, C.; MOORE S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. Educausa, mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 1 dez. 2022.

IDE, S. M. **Construção da leitura e escrita**: proposta de intervenção em classe especial para deficientes mentais. 1990. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

JANNUZZI, G. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2. ed. Campinas: AutoresAssociados, 1992.

JOHNSON, D. Instructional goal structure: cooperative competitive, or individualistic. **Review of Educational Research**, n. 44, p. 213-240, 1974.

JONSSON, T. **Inclusive education**. Hyderabad Índia: THPI, 1994.



KASSAR, M. C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: de que e de quem se fala? *In*: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 05-20.

KASSAR, M. C. M. Políticas de educação inclusiva e as diferenças na escola. *In*: PEREIRA, M. Z. C.; PORTO, R. C. C.; BARBOSA, S. W. X.; ALMEIDA, W. G. (Orgs.). **Diferença nas políticas de currículo**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. v. 1, p. 131-146.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Embates e disputas na política nacional de educação especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. 1-19, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217170>. Acesso em: jul. 2023.

LAPLANE, A. L. F. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. *In*: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 05-20.

LENIN, V. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LEONTIEV, A. N. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. *In*: LURIA, A. R.; VYGOSTSKY, L. S. (Orgs.). **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento humano**. São Paulo: Centauro, 2005. p. 05-20.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon; Editora SENAC, 1997.

MARIANO, C. M. Emenda Constitucional nº. 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrcWkDrp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul. 2023.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>. Acesso em: nov. 2022.



MENDES, E. G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. **Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 22, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/3167/2217/18014>. Acesso em: dez. 2022.

MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade. 1995. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MENDES, E. G. **Raízes históricas da educação inclusiva**. Mimeo, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, A. A. S. **Educação especial**: a questão das oportunidades educacionais da pessoa com deficiência. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

OMOTE, S. **Comunicação e relações interpessoais**. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2000.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. **Revista Ponto de Vista**, v. 1, n. 1, p. 4-12, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042/1524>. Acesso em: out. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência**. ONU, 1982. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-com-deficiencia-onu-1982.pdf/@@download/file/Programa%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20para%20as%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20-%20ONU%20-%201982.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da Pandemia da COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 1 dez. 2022.



PEREIRA, A. Pode existir inclusão social de pessoas deficientes no mundo do trabalho e da educação capitalista? **Revista de Educação Especial**, v. 32, n. 23, p. 65-189, ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/96/69/361>. Acesso em: jun. 2022.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, EDUSP, 1984.

PIMENTEL, S. C.; MIRANDA, T. G. Estudantes com deficiência no ensino remoto: notas sobre práticas construídas na educação superior. **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 21, n. 1, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1984-3879.2021v21n1ID30831>. Acesso em: jan. 2024.

REGEN, M. Da segregação à integração: a minha trajetória. *In*: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para a reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. p. 142-148.

RIGUE, F. M.; OLIARI, G.; STURZA, R. B. Atravessamentos da pandemia de covid- 19 na educação escolar brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 4, p. 19-40, dez. 2021 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14078>. Acesso em: 22 jul 2024.

RIO DE JANEIRO. Declaração dos direitos do deficiente. Resolução n.º 3447, de 9/12/1975. **O correio**, ano 9, n. 3, mar., p. 134, 1981.

SAILOR, W.; GEE, K.; KARASOFF, P. Full inclusion and school restructuring. *In*: SNELL, M. E. **Instruction of student with severe disabilities**. New Jersey: Prentice Hall, 1993. p. 01-30.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. **Revista Brasileira de Educação Especial**; v. 2, n. 4, p. 21-28, 1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v02n03/v02n03a03.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

SANTOS, R. A. dos. **Desafios enfrentados pelos professores com o público- alvo da educação especial na pandemia da COVID-19**. 90f. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.  
Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/378015ed-4404-a71b-35823f76e334/content>. Acesso em: jan. 2024.

SARDAGNA, H. V.; PEREIRA, S. O. Atendimento educacional especializado e as demandas de tecnologia assistiva nas práticas inclusivas brasileiras. **Revista Científica**, v. 16, n. 2, p. 95-101, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rj>



a&uac t=8&ved=2ahUKEwjR-a-F1ruHAXURDrkGHQvxEzQQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F6382583.pdf&usg=AOvVaw2jZZIUDj1k42m5-kcAU7Ru&opi=89978449. Acesso em: fev. 2024.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: set. 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Andes-SN**, jan. 2021. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/julianaschivani/disciplinas/midias-educacionais/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-201censino201d-remoto/view>. Acesso em: fev. 2024.

SENADO FEDERAL. **Impactos da pandemia na educação no Brasil**. 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/imp-actos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>. Acesso em: jun. 2023.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1986.

SGANZERLA, M. A. R.; GELLER, M. V. Atividades para alunos com deficiência visual mediadas por tecnologia assistiva. **Paradigma**, n. 1, p. 47-68, 2019.

Disponível em: <https://doi.org/10.17648/acta.scientiae.v20iss1id3573>. Acesso em: fev. 2024.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Educating all students in regular education. **TASH Newsletter**, v. 13, n. 4, p. 1-7, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por). Acesso em: 27 ago. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos da defectologia. Madrid: Visor, 1997. v. 5.